

***INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE ESTADO MAIOR – CONJUNTO***

2008/2009



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

O TEXTO CORRESPONDE A UM TRABALHO ELABORADO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO NO IESM, SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA / EXÉRCITO PORTUGUÊS / FORÇA AÉREA PORTUGUESA

**IMPLICAÇÕES ESTRATÉGICAS DO CRESCIMENTO
CHINÊS NA REGIÃO ÁSIA-PACÍFICO**

***RUI MIGUEL DE SOUSA RIBEIRO REBORDÃO DE BRITO
MAJ CAV***



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**IMPLICAÇÕES ESTRATÉGICAS DO CRESCIMENTO
CHINÊS NA REGIÃO ÁSIA-PACÍFICO**

RUI MIGUEL DE SOUSA RIBEIRO REBORDÃO DE BRITO
MAJ CAV

Trabalho de Investigação Individual Final do CEM-C

Lisboa 2009



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**IMPLICAÇÕES ESTRATÉGICAS DO CRESCIMENTO
CHINÊS NA REGIÃO ÁSIA-PACÍFICO**

**RUI MIGUEL DE SOUSA RIBEIRO REBORDÃO DE BRITO
MAJ CAV**

Trabalho de Investigação Individual Final do CEM-C

Orientador:

MAJ FAP TOCART Pinheiro

Lisboa 2009



Agradecimentos

Por este trabalho materializar o final de um longo e importante percurso, facilitado pela compreensão e incentivo dos meus filhos, Miguel e Francisco, agradeço-lhes o sorriso e o carinho permanentes. Igualmente à Vera, minha mulher, pelo completo e incondicional apoio que constantemente me dá, que garantiu o equilíbrio do lar, para que a dedicação aos trabalhos tivesse sido persistente. Sem o seu contributo, estas páginas não teriam sido escritas.

A toda a minha família, cujo incentivo e confiança são um elogio.

Aos camaradas de curso, pelo apoio durante as longas noites de pesquisa, preparação e revisão. Obrigado pela paciência.

Ao Exmo. Sr. Coronel Tirocinado de Cavalaria José Antunes Calçada, pelo exemplo de organização conceptual e simplicidade, que se constituem como referência.

Ao Exmo. Sr. Coronel de Cavalaria Tiago Vasconcelos, pelo primoroso contributo que me permitiu iniciar os estudos nesta área e que constituíram a orientação exploratória, firmando a direcção a seguir.

Ao Exmos. Srs. Coronel de Artilharia Rui Clero e Coronel de Cavalaria Xavier de Sousa, Directores do Curso de Estado-Maior Exército, pelas palavras incisivas e oportunas que me honraram dirigir. Ao Exmo. Sr. Coronel de Infantaria, Director do CEM-C por nunca ter deixado de insistir no desafio intelectual e de valores, inculcando o espírito de exploração do conhecimento.

Ao Exmo. Sr. Coronel de Cavalaria Matos Alves, pela atenção e amizade dispensadas que muito estimo.

Ao Sr. Major de Infantaria Alexandre Carriço, pela amabilidade com que me recebeu, contribuindo com os seu vasto saber e conhecimento de excelência para o correcto lançamento das ideias base do estudo.

Em especial, ao Sr. Major FAP TOCART Renato Pinheiro, meu orientador, pela permanente disponibilidade em contribuir para a correcta abordagem ao trabalho, sempre pautada pela palavra crítica em busca da constante melhoria.

Ao Sr. Capitão de Cavalaria Duarte Cigre, cujo contributo para a revisão deste trabalho foi singular.

Às funcionárias da Biblioteca do Instituto de Estudos Superiores Militares pela disponibilidade, simpatia e atenção demonstradas.

Ao meu Pai, CMG FZE Alberto Rebordão de Brito, pelo que me transmitiu, na esperança de o ter assimilado.



Índice

Agradecimentos.....	I
Índice	II
Resumo	IV
Abstract.....	V
Palavras-chave.....	VI
Lista de siglas e abreviaturas.....	VII
1. Introdução.....	1
2. A China – a prática e a teoria.....	5
a. A China antiga.....	5
b. Dos antecedentes da revolução de Mao à actualidade.....	10
c. A teorização do poder na região.....	11
d. Síntese conclusiva	16
3. Análise geoestratégica.....	17
a. Factor Físico - Potencialidades e Vulnerabilidades.....	17
b. Factor Humano - Potencialidades e Vulnerabilidades.....	18
c. Factor Recursos - Potencialidades e Vulnerabilidades.....	18
d. Factor Estruturas - Potencialidades e Vulnerabilidades.....	19
e. Síntese conclusiva	19
4. Relações exteriores da RPC com os principais actores regionais.....	21
a. ASEAN	21
b. Organização de Cooperação de Xangai.....	23
c. Filipinas.....	23
d. Índia.....	24
e. Japão	24
f. Taiwan	25
g. Vietname	26
h. Rússia.....	26
i. EUA	26
j. Síntese conclusiva.....	28
5. A China geopolítica.....	29
a. O conceito estratégico da China.....	29
b. A China epirocrática.....	35
c. A China talassocrática	36
d. Síntese conclusiva	38
6. Conclusões.....	40
Bibliografia	43
Apêndices.....	46
Apêndice 1 (Corpo de Conceitos).....	47
Apêndice 2 (Análise Geoestratégica).....	48



Índice de figuras

Figura 1: Disputas territoriais e fronteiriças no Sudoeste asiático	14
Figura 2: Domínio regional e global da RPC	15

Índice de tabelas

Tabela 1: Comparação resumo entre China Este-Oeste.....	20
---	----



Resumo

A República Popular da China (RPC), herdeira e actual sucessora da China Imperial, é, desde há muitos séculos, uma potência regional, cuja presença geopolítica tem oscilado entre a tentativa de ascensão perante a periferia e a retracção diplomática para consolidação das fronteiras, com um ritmo de crescimento económico potenciador das características geoestratégicas, que influencia a sua atitude perante a configuração internacional, bem delineada pela sua actual estratégia de afirmação como actor de relevância na cena regional e com impacte mundial.

Localizada no arco que circunda o centro do poder mundial, consolidadas que sejam as potencialidades geoestratégicas e associadas à determinação do poder político, a RPC provoca expectativa face à influência que as suas acções futuras podem ter nas relações regionais pela possibilidade de concretizar o poder potencial, para manter a integridade territorial, sendo uma obrigação histórica e contributo para o domínio dos recursos necessários à continuação do desenvolvimento, que crê ser um direito.

A sua concepção de Poder Nacional Abrangente, assente no conceito de Ascensão Pacífica que privilegia as acções não ofensivas, deverá materializar a conduta de obtenção de recursos a que a sua economia obriga e que não pode comprometer com relações conflituais na ordem regional. Estas podem provocar a intervenção dos vários actores regionais, em especial dos Estados Unidos da América, poder com o qual a RPC não pode entrar em conflito.

A RPC é uma potência regional renascida e em ascensão, na direcção de afirmação mundial, influenciadora das relações de poder na região Ásia-Pacífico, na medida em que o seu crescimento não seja diminuído, fruto de eventuais tentativas de hegemonia que, mercê das suas vulnerabilidades, poderão, eventualmente, reavivar o ciclo de declínio experimentado pela época dinástica.



Abstract

Peoples Republic of China (PRC), heir to Imperial China, has been, for many centuries, a regional power, with a geopolitical orientation balancing between the attempt to ascend towards a territorial periphery and the diplomatic retraction in order to consolidate its geographic borders, with an economic growth that emphasizes its geostrategic characteristics, and that influences its attitude before the international scenery, well delineated by its current strategy of strengthening its relevance as a major player in the regional scene and with global impact.

Located in the arc surrounding the theoretic centre of world power, once its geostrategic potentialities associated with its determined politics are consolidated, PRC causes expectation due to the influence that its future actions may have in regional relations with the possibility to materialize its potential power, to maintain territorial integrity, being this a historical duty and a contribution to dominate needed resources to keep up with its development, which it believes to be a natural right.

Its conception of Enlarged National Power, based on the conscience of Peaceful Ascension which privileges non-offensive actions, should materialize the approach to obtain resources demanded by the economy, which cannot be compromised by any conflicts in the regional order. These may eventually lead to the intervention of other regional players, mainly the United States of America, power who the PRC cannot compete with.

The PRC is a resurgent regional power, on the way to affirm itself worldwide, influencing the relations of power in the Asia-Pacific region, provided that its growth does not shrink with hegemonic attempts that, affected by its vulnerabilities, may bring back to life the declining cycle experienced in the dynastic age.



Palavras-chave

Ascensão Pacífica

Ásia-Pacífico

China

Coexistência Pacífica

Crescimento económico

Desenvolvimento económico

Disputa territorial

Poder Nacional Abrangente

Mar da China Meridional

Mar da China Oriental



Lista de siglas e abreviaturas

ARF - ASEAN Regional Forum
ASEAN - Associação das Nações da Ásia do Sudoeste
CAFTA - China-ASEAN Free Trade Area
DIP - Direito Internacional Público
EPL - Exército Popular de Libertação
EUA - Estados Unidos da América
IESM - Instituto de Estudos Superiores Militares
NEP - Normas de Execução Permanente
OI - Organização Internacional
PCC - Partido Comunista Chinês
PIB - Produto Interno Bruto
PNA - Poder Nacional Abrangente
PRC - Peoples Republic of China
RC - Revolução Cultural
RPC - República Popular da China
TOE - Tons of Oil Equivalent
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEE - Zona Económica Exclusiva



1. Introdução

A proposta de realização deste estudo enquadra-se na óptica de que a República Popular da China (RPC) é, de há longa data, uma potência regional, mas que regista hoje um ritmo de crescimento económico elevado com reflexos na sua atitude perante o Sistema Político Internacional. Apreciada que é a definição da sua actual estratégia de afirmação como actor de relevância na cena regional – no âmbito político, económico e militar – com implicações à escala mundial dadas as suas características demográficas que, atentas as suas particularidades, se constitui como um factor positivo, é igualmente motivo de preocupação política, que influencia o modo como a RPC pretende reafectar a balança regional de poderes. Assim, a RPC poderá revisitar momentos da sua história em que foi uma potência, ora pró-activa, ora reactiva mas, acima de tudo, um actor a considerar nas relações entre as potências regionais.

A análise revela-se de interesse particular para os estudos geopolíticos da região Ásia-Pacífico, de modo a poder constituir-se como um contributo para o entendimento das actuais relações na região.

A RPC é indubitavelmente uma potência em ressurgência na direcção de potência mundial de primeira dimensão, (Carriço, 2006: 31), influenciando decisivamente as relações de poder na região Ásia-Pacífico, pelo que a abordagem ao seu *crescimento* poder transformar as actuais relações de poder na região é indutora do estudo das potencialidades e vulnerabilidades do seu potencial estratégico, das relações que mantém com os principais actores na região, da percepção biunívoca quanto às questões anteriores e da possibilidade da sua concretização, sendo todas influenciadas pela história.

Pretende-se investigar os factores geopolíticos/geoestratégicos e identificar tendências de evolução para que seja possível concluir acerca da estrutura interna da região, dos actores e áreas chave de actuação, das potencialidades e vulnerabilidades, e instrumentos de poder utilizados, procedendo-se para tal, à caracterização e análise dos seguintes aspectos:

- A história da China e como foi transmitido o seu contributo para a concepção político-social da RPC;
- As relações da RPC com os principais actores da região;
- A estratégia de poder nacional abrangente e de ascensão pacífica, actualmente denominada de “desenvolvimento pacífico”, bem como a sua motivação, no qual os cinco princípios da coexistência pacífica e as parcerias estratégicas estabelecidas caracterizam a sua actual posição internacional e regional.



- O conceito de “Grande China” analisado com incidência nos principais focos de motivação do desenvolvimento do conceito, donde se salientam a questão do Tibete e outras da sua periferia geográfica.
- O alargamento da maritimidade chinesa, analisado sob o prisma da contenda com Taiwan, da relação geoestratégica com os Estados Unidos da América (EUA) e ainda com as disputas sobre as ilhas do Mar da China, Oriental e Meridional.

Ainda que se possam, a título ilustrativo, apresentar dados e factos mais amplos sobre a RPC, o estudo centrar-se-á na análise dos factores, político, económico, demográfico e militar, bem como, na sua interacção com as entidades políticas de relevo na região Ásia-Pacífico.

A região Ásia-Pacífico será delimitada pelo enquadramento geográfico:

- Da representação territorial da Associação das Nações da Ásia do Sudoeste (ASEAN);
- Da representação territorial da Organização de Cooperação de Xangai;
- A Norte, a Rússia;
- A Este, o Japão;
- A Sul, a Indonésia e Filipinas;
- A Sudeste, Taiwan;
- A Sudoeste, Malásia;
- A Oeste, Índia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão;

Abrangendo os Mares da China e Amarelo, do Oeste e do Leste.

A metodologia assentará numa pesquisa documental e em entrevistas a entidades ou personalidades que, pela sua experiência relacionada com o assunto em estudo ou pelas funções desempenhadas em estruturas internacionais, possam contribuir para o esclarecimento desta questão. O método utilizado é o preconizado na Normas de Execução Permanente (NEP) 218, de 27 de Julho de 2007, do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), ou seja, o que foi adoptado tendo em conta o processo de investigação de Quivy e Campenhoudt. Este método é constituído por sete etapas, sendo que no presente trabalho não foi utilizada a etapa de observação por não ser fisicamente possível a sua concretização.

Assim, como fio condutor da pesquisa efectuada, lança-se a seguinte questão de partida: “em que medida o crescimento da RPC possibilitará a sua afirmação como potência regional dominante, na Ásia-Pacífico?”

No sentido de melhor responder à questão equacionada, sucedem-se as seguintes perguntas derivadas:



Questão Derivada 1: De acordo com as teorias geopolíticas e o percurso histórico da RPC, em que se traduz o seu valor na região asiática?

Questão Derivada 2: De que forma os factores geopolíticos/geoestratégicos se constituem para a afirmação da RPC como potência regional dominante?

Questão Derivada 3: De que forma as relações da RPC com os principais actores da cena política regional influenciam a sua afirmação como potência regional dominante?

Questão Derivada 4: Em virtude das suas condições geoestratégicas, quais as pretensões geopolíticas da RPC na região Ásia-Pacífico?

Foram equacionadas as seguintes hipóteses orientadoras do estudo:

Hipótese 1: A evolução histórica da RPC confirma o seu valor geopolítico, como possível potência de relevo na região Ásia-Pacífico.

Hipótese 2: A avaliação da evolução dos factores do potencial estratégico da RPC, permitem-nos perspectivar o seu nível de potência regional dominante não hegemónica.

Hipótese 3: A diversidade de relações conflituais com os principais actores regionais limita a sua afirmação como potência regional.

De forma a melhor enquadrar a pesquisa, foi desenvolvido um corpo de conceitos que constituem o Apêndice 1 do presente trabalho. Assim, no primeiro capítulo procura-se introduzir o tema, seguindo-se-lhe cinco capítulos que traduzem o nosso percurso de investigação pretendendo, no segundo capítulo, efectuar um retrocesso imaginário, para criar um entendimento base da *grandiosidade* da história da RPC, (Brzezinski, 1997: 81), mostrando a complexidade de relações e interesses da China Imperial, a motivação do domínio e declínio das dinastias e povos que a governaram, bem como, a percepção do Estado quanto à sua existência administrativa e territorial. Por ter transformado a *imperialidade* na *popularidade* chinesa, e por ter semeado no povo a ideologia social da RPC, abordaremos o percurso de Mao Zedong, percebendo como a actual direcção nacional lhe sucedeu. Terminaremos o segundo capítulo com uma breve referência às teorias geopolíticas que predispõem ou diminuem o potencial estratégico da RPC.

Num terceiro capítulo propomo-nos descrever as potencialidades estratégicas da RPC, que podem ser condicionantes ou potenciadores do exercício das suas intenções estratégicas de política interna e externa, e salientando a forma como contribuem ou dificultam o seu desenvolvimento, tendo em conta o que será abordado no quarto capítulo,



onde focalizaremos as atenções nas relações com os principais actores na região Ásia-Pacífico, realçando a conflitualidade latente ou existente.

Para facilitar a compreensão de tais relações, o capítulo quinto será essencial, na medida em que explica a visão da RPC sobre si mesma, a sua importância na região e as acções que pretende conduzir para exercer o que entende ser a soberania territorial e marítima.

Por fim, teceremos algumas conclusões sobre a marca deixada pela China Imperial e qual a influência que transmitiu ao povo chinês, enquadrada pelas potencialidades e vulnerabilidades do seu potencial estratégico. Do ponto de vista da RPC, concluiremos sobre a materialização das suas posições perante os restantes intervenientes geograficamente co-localizados e politicamente interessados nas relações internacionais na região, considerando essencialmente o que entendemos serem as pretensões chinesas sobre a Grande China e as ligações aos domínios do mar, para perceber como a sua evolução pode influenciar as relações na região Ásia-Pacífico.



2. A China – a prática e a teoria

a. A China antiga

A China é associada ao imaginário de um império imenso em território, em população, em recursos e história, mas também em conflitualidade interna e externa (Swaine, et al., 2000: 1). Detentora de uma particular habilidade em gerir a sua evolução, a RPC tem sido um gigante quase desconhecido para o mundo ocidental e também para a sua própria população, envolto em mistérios lendários que moldaram a percepção da comunidade internacional até aos nossos dias (Gelber, 2008: 23).

A história da RPC reconhece-se nas dinastias que lideraram o projecto chinês nos últimos 37 séculos. Calcula-se que a primeira dinastia hereditária – Dinastia Xia – terá nascido por volta de 1700 a.C., dando lugar à linhagem Shang com a qual a China deu os primeiros passos de estruturação da autoridade política central e, no âmbito do desenvolvimento, iniciou a utilização da metalurgia do bronze (Gelber, 2008: 26).

A Dinastia Shang floresceu por entre a divisão territorial em cidades-estado, governadas a partir do poder central, com base numa economia de primeira vaga numa sociedade tributada em géneros ou serviços¹ pela cedência que a autoridade local lhe fazia para viver na terra e cultivá-la (Toffler, 1980: 13). O primado do domínio público sobre o privado é uma corrente filosófica comum na China que se confunde com a sua história, recorrendo a mão-de-obra isenta de remuneração, desde que o bem público fosse edificado (Gelber, 2008: 27).

A sociedade gerada pelos Zhou, que conquistaram o poder à anterior dinastia, era vincadamente dividida entre governantes despóticos, ricos e pobres, mantendo uma cultura anterior de posse pública dos bens, terras e serviços da população. No entanto, a percepção de que a produção privada poderia ser mais rentável do que a dominada pela *coisa* pública, alterou a governação, passando de subsistência para a economia de troca (Gelber, 2008: 31).

Para a China de então, os pensamentos de Confúcio sobre a organização familiar, social e estatal, sobre a ordem interna do Estado e a política externa, foram de tal forma influenciadores da política e mentalidade chinesa ao longo dos séculos, que marcaram a idiosincrasia da RPC dos nossos dias.

No final do reinado dos Zhou, iniciou-se um período de convulsão bélica entre reinos combatentes, mas de igual intensidade de actividade comercial, em que o Estado se

¹ Os agricultores mantinham obrigações de pagamento aos governantes locais, em cereais ou em serviço militar.



viu mais centralizador, assessorado por uma classe governante profissionalizada para poder administrar o já avultado e abrangente poder estatal, que actuava num igualmente vasto território. A evolução verificou-se também na população que cresceu acentuadamente, obrigando os camponeses a deslocarem-se para as regiões do Norte, onde eram atacados pelas tribos mongóis que haviam formado a federação Xiongnu. Para defender as suas populações, a China iniciou, cerca do ano 300 a.C., a construção da Grande Muralha, que isolava militar e politicamente a região Norte do seu território (Gelber, 2008: 37).

O reinado dos Qin iniciou a unificação territorial e a criação da cultura chinesa, sendo o embrião do território e do imaginário que hoje conhecemos como *China*².

A par das posturas defensivas permitidas pela Grande Muralha, Huangdi³ actuou ofensivamente, conquistando vários territórios até onde hoje são as províncias de Guangdong e Guangxi, atingindo o delta do rio Vermelho, onde é actualmente o Vietname.

Terminado o reinado dos Qin em 206 a.C., surgiu a Dinastia Han, com a proclamação do Imperador Liu Pang, que iniciou um conjunto de acções que materializaram as relações externas da China de então, conduzindo um processo de *expansão e integração* de povos e territórios, criando um império cada vez maior (Gelber, 2008: 41). O povo, que passou a intitular-se *Han*, iniciou uma política expansionista do centro da China em direcção aos quatro pontos cardeais, mercê do crescimento populacional, da conquista de territórios e da assimilação da cultura e do poder das tribos locais.

A dinastia Han incutiu no povo o sentimento da unidade nacional que dura até à actualidade, ainda que a sua história conturbada tenha terminado em 211 d. C. (Gelber, 2008: 42). Fortemente intimidados pelos povos do Norte e Ocidente, os chineses Han mantiveram um imperativo estratégico de defesa territorial face a estas ameaças, envoltos que se encontravam por um arco de poder ofensivo desde o actual Afeganistão até à Manchúria. Para além das incursões terrestres, o vasto domínio territorial chinês era também ameaçado na faixa costeira por actos de pirataria, obrigando ao fortalecimento da sua defesa.

A dinastia Sui, iniciada pelo Imperador Sui Wendi foi marcada pela centralização e sentido de unidade, típica dos Han, tendo este período sido aproveitado para a conquista do

² O seu maior impulsionador foi o Imperador Qin Shi Huangdi, monarca que marca até hoje a cultura símica. Centralizou o Estado em si, dominando toda a classe aristocrática a partir da capital, Xian, criando um código legal aplicado a todo o Império, colocou em circulação moeda metálica, introduziu melhorias na agricultura e nos sistemas de irrigação, e expandiu a Grande Muralha (Gelber, 2008: 39).

³ Foi este Imperador que deixou como timbre da sua grandiosidade, que considerava celestial, o túmulo onde foi enterrado, ornamentado e defendido pelo seu exército de 7500 soldados.



Sul. A par das conquistas, Sui Wendi reformou a administração, redistribuiu as terras, normalizou o controlo dos preços e foi tolerante ao budismo e ao taoísmo. As mudanças que introduziu, tão rápidas e incisivas no que era considerado domínio da aristocracia, levaram a que a movimentação política interna, que lhe era contrária, coroasse o seu filho Imperador.

A decadência atingiu a dinastia Sui e, em 636, as revoltas levaram a que fosse criada a dinastia Tang que governou até 907, liderando a época mais próspera que o Império chinês conheceu. Tal progresso não se verificou apenas na economia, mas também na cultura e na arte, estendendo-se a influência aos territórios longínquos, até à Europa e África. A capital, Xian (Chang-an) era um centro urbano internacional de trocas comerciais e culturais, estimando-se que fosse a cidade mais rica e densamente povoada do mundo de então (Gelber, 2008: 68).

A expansão muçulmana iniciada no séc. VII associou-se a povos da Ásia Central para combater a dinastia Tang, expandindo a sua presença à China. Tais confrontos, aliados à evolução científica, cultural e artística dos muçulmanos, influenciaram a periferia da China, onde já se faziam notar a influência dos Estados islâmicos (Gelber, 2008: 70).

A dinastia Song, na pessoa do Imperador Taizu, deu por findo o período de cerca de 50 anos de caos e de domínio de senhores da guerra iniciado após a queda dos Tang.

Os Song suspenderam a expansão territorial, unificando a região central da China e abdicando de grande parte do território para outros povos. O Noroeste foi deixado aos tibetanos, o Nordeste aos senhores da Manchúria, e o Turquestão, a Ocidente, por onde se davam as trocas comerciais com a Europa, foi abandonado, tendo em vista a pretensão dos Song de coexistir pacificamente com os povos em seu redor, inclusive com o Império dos Jing, a Norte.

Com esta política, os Song conseguiram, de modo não ofensivo, incorporar no seu império os territórios do Sul, estendendo-se até ao Vietname e Indonésia, numa atitude de paz generalizada, praticando os ditames confucianos da *imposição pela virtude e não pela força* (Gelber, 2008: 84).

O Estado Song sucumbiu à pressão mongol quando, em 1276, a sua capital é conquistada pelas tropas de Genghis Khan. O domínio dos mongóis sobre a China durou até 1368, quando o exercício do poder internamente estava esgotado, o Exército enfraquecido quantitativa e moralmente, e o governo não conseguia administrar o território porque os Khan obedeciam a um pensamento estratégico assente na vertente militar, não prosseguindo uma política de desenvolvimento económico e social, ausência espelhada



pela incapacidade de administração do território, dos seus recursos naturais e da população (Gelber, 2008: 106).

A dinastia que se seguiu ao poder mongol durou 276 anos e denominou-se de Ming, tendo sido fundada por Zhu Hongwu⁴, que sediou a sua capital em Nanjing após ter eliminado os seus rivais internos. Seguidamente à conquista no Sul e Leste, dirigiu-se com o seu Governo para Pequim, tendo obrigado o último Grande Kahn a retirar para as suas estepes de origem (Gelber, 2008: 108-109).

Com a extensão territorial da China e as dificuldades inerentes que impunham sobre a administração da totalidade do território, os Ming optaram por exercer um domínio forte sobre as principais cidades, adoptando uma postura de relacionamento político e comercial com os povos mongóis no Sul, tentando tirar partido das dependências que os mantinham relativamente ao Império chinês. Os contactos com os povos longínquos foram retomados, cultivando a troca de conhecimento e a disseminação da cultura benevolente e não ofensiva dos Ming, levando-os a conseguir exercer a sua influência perante cerca de 100 tributários⁵ (Gelber, 2008: 115).

O poder naval da China terá sido fomentado na dinastia Ming, contando com uma frota imensa em quantidade, qualidade e imponência dos seus navios e das suas expedições, (Beck, et al., 2008: 533), sendo exemplificativa a primeira expedição do Almirante Zheng He, de 1405 a 1407 que incluía 62 navios de tesouro, num total de 300 embarcações (Gelber, 2008: 115).

Incapaz de garantir a defesa dos seus interesses na política externa, de assegurar o desenvolvimento interno da sua população e administrar o território, a China remeteu-se novamente a uma atitude defensiva, preferindo consolidar os ganhos territoriais e populacionais, com a reconstrução e conclusão das obras que defendiam o Império, em particular a finalização da Grande Muralha da China. Contudo, mercê da política passiva e da supressão da capacidade marítima determinada pelo Imperador, as preocupações quanto à defesa dos interesses na costa aumentaram não tendo, no entanto, conduzido à afectação de recursos para sua defesa, questão que o Estado chinês viu manter-se até ao séc. XXI (Gelber, 2008: 118).

O isolamento voluntário da imensidão territorial da China não podia ser garantido

⁴ Hongwu foi o nome atribuído ao seu primeiro Imperador, significando *imensamente militar* (Gelber, 2008: 109).

⁵ O sistema de tributação impunha-se sobre os centros de comércio em que a China exercia o seu domínio, incluindo na época Ceilão, Calecute e o estreito de Malaca. Este terá sido considerado por Afonso de Albuquerque como o principal eixo comercial e de influência económica sobre as nações (Beck, et al., 2008: 533).



pela sua Grande Muralha, que a Norte começou a ser ameaçada, tendo sido mesmo invadida pelas tribos manchus chefiadas por Abahai, sucessor de Nurhaci, unificador das tribos Jurchen (em 1635, passaram-se a denominar de manchus). A invasão de Abahai levou à criação dum Estado e uma dinastia próprios, ameaçando a existência do domínio Ming (Gelber, 2008: 143). Esta dinastia Qing (Manchu) permitiu alguma abertura ao exterior, acolhendo embaixadas em Pequim, inclusive da Europa, designadamente pelos holandeses e portugueses.

As razões que conduziram ao poder, ao declínio e posterior queda da dinastia Ming foram semelhantes às que tinham diminuído o domínio dos Tang e que viriam também provocar a queda da dinastia Qing. Os principais problemas não solucionados por estes Impérios relacionaram-se com a volatilidade das suas regiões de fronteira, especialmente no Norte; o crescimento populacional que dificultava a administração, o controlo político e o progresso económico, em simultâneo; e a centralização do poder no Imperador e nos seus conselheiros (Gelber, 2008: 110 e 147).

O séc. XIX, com a actividade comercial permitida pelas inovações no sistema de transportes e pela crescente influência mundial de europeus e norte-americanos, provocou alterações no Pacífico, nas quais a China se inseriu apenas como espectadora das convulsões políticas que se fizeram sentir. A dinastia Qing viu-se envolta na teia da política mundial e, não sendo capaz de lidar com as convulsões internas a que tinha estado sujeita durante as últimas décadas, marcou o início do seu declínio com a perda de influência e crédito interno.

Os novos poderes e ideais nascidos da evolução dos Estados Ocidentais e do progresso tecnológico aumentaram a complexidade das alterações políticas e sociais em redor da China, não compreendendo as ancestrais tradições de organização social que o antigo Império mantinha, o que criou uma barreira ao relacionamento entre o Ocidente e a velha China (Gelber, 2008: 251).

Em 1868, a China estabelece a primeira relação diplomática a título permanente, destacando embaixadores para os EUA e Europa, o que possibilitou o estabelecimento de tratados de abertura comercial da China e de entrada de chineses nos EUA, levando a que, p. ex., em 1852, 10% da população da Califórnia fosse chinesa.

No final do séc. XIX, as relações externas da China moldaram-se na medida em que a sua coesão ideológica interna o possibilitou, tendo oscilado entre a abertura às actividades comerciais e diplomáticas dos Estados, a busca de conhecimento nas universidades estrangeiras e a agitação interna em torno da discussão sobre os ideais



confucionistas a que a dinastia Qing dava primazia. Em 1911, as reformas e a revolução que se verificaram foram, em grande parte, motivadas pelo Japão que entendia ser seu dever conseguir que o atraso de modernização da China fosse ultrapassado. Assim, os estudantes chineses em Tóquio levaram a cabo a revolução que conduziu à criação da república chinesa, em 1 de Janeiro de 1912, levando o Imperador a abdicar, sendo nomeado Presidente da República da China, Yuan Shikai (Gelber, 2008: 293).

b. Dos antecedentes da revolução de Mao à actualidade

Após a formação do Partido Comunista Chinês (PCC) em 1921, o movimento cultural e político em torno dos novos ideais conduziu, em 1930, à guerra civil entre apoiantes das novas teorias e o velho Estado nacionalista. Em 1934, o Exército Nacionalista de Chang Kai Chek obrigou o movimento comunista à retirada para os territórios do Norte a Este do rio Amarelo, num percurso de quase 9000 km, denominada de “Grande Marcha”.

No entanto, a invasão japonesa de 1937 obrigou à união de esforços do povo chinês, durando as *tréguas* até ao final da II Guerra Mundial, após a derrota do Japão, momento em que se reacendeu a guerra entre nacionalismo e comunismo chinês (Vasconcelos, 2006: 82). Neste capítulo do conflito interno, a vitória do movimento revolucionário liderado por Mao Zedong conduziu ao refúgio dos nacionalistas em Taiwan, liderados por Chang Kai Chek.

Mao Zedong⁶, o Grande Timoneiro, tornou-se o líder da RPC em 1949, retirando a posse da terra aos latifundiários, atribuindo a responsabilidade da sua utilização directamente aos camponeses. O seu governo nacionalizou também as indústrias e o comércio, assumindo o controlo dos destinos do país onde não eram considerados os interesses pessoais, mas apenas o da China, sob a liderança absoluta de um novo "Imperador": Mao Zedong.

Em 1958, Mao iniciou um plano denominado de *o grande salto em frente*, que acreditava que a força do trabalho manual dos camponeses em vez da massificação tecnológica na agricultura, aumentaria a produção alimentar. O governo, agora latifundiário em nome da comunidade, empregou milhares de camponeses nas grandes propriedades agrícolas do Estado, a fim de garantir a produção necessária à alimentação do seu povo (Bednarz, et al., 2008: 771). Tal desiderato não foi conseguido, tendo sido abandonado em 1961, após a morte de cerca de 20 milhões de pessoas provocada pela

⁶ Também conhecido por Mao Tsé Tung.



escassez alimentar (TG, 2007: 136).

A Revolução Cultural (RC), no decorrer da qual Mao substituiu o Comité Central pelo Comité da Revolução Cultural e os governos locais pelos Comités Revolucionários, iniciou um saneamento político que serviu as suas políticas revolucionárias para a RPC. A RC foi motivada pelas lutas internas no PCC e pelo reforço da política interna e externa da RPC, face aos receios de invasão e de aproveitamento do caos interno, por parte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A RC duraria dez anos, até à morte do seu mentor.

Com a morte de Mao em 1976, termina um período de incitação à luta de classes, a miséria da escassez de bens de primeira necessidade que abrangia a população, sendo agora expressos os desejos de mudança. A luta pelo poder opôs os radicais aos moderados. No conflito ideológico que lhe estava subjacente, os conceitos distinguiram-se por, do lado da nova direcção do PCC liderada por Hua Guofeng, as intenções no sentido de prosseguir a política iniciada por Mao – mas sem a negatividade da Revolução Cultural – contrariando a dos dirigentes que haviam sido depostos pela Revolução e que acreditavam, como Deng Xiaoping, nos ideais saídos da Longa Marcha e que o tinham conduzido a cargos elevados no PCC. Mesmo tendo sido relegado para a inactividade política na Revolução Cultural, Deng manteve a admiração da classe política, o apoio das Forças Armadas e da classe dirigente, o que lhe permitiu assumir o poder e impor novas reformas que vieram, três anos mais tarde, a culminar no início do reconhecido crescimento económico e desenvolvimento da RPC (Yan, 2002: 34).

c. A teorização do poder na região

Apesar de desenvolvida noutro contexto regional, importa referir a teoria de Friderich Ratzel, baseada na concepção que o poder do Estado, como entidade política constituída com o intuito de organizar politicamente uma determinada comunidade, identificada por objectivos comuns, revestida de uma complexa organização, institucionalização, coercibilidade e autonomização do poder político, com vista à prossecução de finalidades específicas, não conseguidas individualmente pelos elementos que a constituem, (Miranda, 1990: 47), tem por base a sua caracterização geográfica. Para o autor, espaço é poder, conseguido pela correcta conjugação da Posição (Lage) e do Espaço (Raum), materializando o espaço vital. A análise geoestratégica da RPC induz à tese de que detém as características espaciais conferidas pela vastidão e morfologia, associadas à posição penetrante no continente asiático, bem como a abertura para o mar,



ainda que a sua actuação neste domínio geográfico possa ser condicionada pelos vários actores regionais.

Makinder localizou a China no que chamou de Crescente Interior, região circundante da área *pivot* que afirmava ser o centro do poder mundial. O domínio de uma eventual aliança Sino-japonesa, que conquistasse o território russo, poderia ser exercido hegemonicamente sobre todo o globo. Tal poder seria fortalecido pelas posses continentais onde existem recursos quase inesgotáveis, aliadas à extensão da influência através da vasta fronteira marítima. A RPC, situada no limiar da região *pivot*, possui os recursos humanos e naturais (ou possibilidade de acesso a estes), para poder reclamar uma posição de domínio na região asiática (Sempa, 2000: 10).

Henry Kissinger, afirma que a China é um *aglomerado de línguas diferentes unidas por uma escrita comum, uma cultura comum e uma história comum*, localizado num dos quatro sistemas internacionais classificados pelo autor (Wilensky, et al., 2005: 115). O sistema onde se insere a RPC, a Ásia Oriental, é uma região onde a Rússia e RPC, as duas potências regionais, se constituem como rivais estratégicos. Para Kissinger, este espaço geopolítico pode ser considerado como uma reposição do relacionamento das potências da Europa do séc. XIX, onde a paz resultava duma hábil gestão da balança de poderes entre as potências Inglaterra, França e Prússia, (Kissinger, 2002: 21), espelhando a necessidade da primazia da relação diplomática, na matéria de gestão de interesses conflituais do sistema multipolar regional.

No que respeita às relações da RPC com a Rússia, tendo em conta a *atenção* que os EUA lhes dispensam, não é plausível a aliança, mas apenas cooperação, entre as duas potências asiáticas dado que, embora tenham um objectivo concorrente de conter a hegemonia norte-americana, mantêm um nível de objectivo mais elevado de impedir a preponderância regional do outro actor (Kissinger, 2002: 108).

Nicholas Spykman entendia a importância da geografia no poder nacional como sendo o seu factor mais determinante, por ser o mais permanente, influenciando o pensamento, carácter e comportamento dos povos. O factor geográfico representava para Spykman a simbiose entre o meio envolvente e o espaço humano necessário ao desenvolvimento das suas actividades, podendo, como afirmava Jacques Huntzinger, constituir-se como *vantagem essencial* no relacionamento com os seus pares. Assim, a dimensão territorial do Estado deve ser entendida na medida da sua organização, disponibilidade de recursos, dispersão e heterogeneidade populacional, posição regional, a influência da língua como factor de divulgação, sendo todos os factores associados à



revelação de poder do Estado, na óptica exterior (Wilensky, et al., 2005: 133).

Na perspectiva desenvolvida por Samuel Huntington sobre as civilizações, aquela a que chamou de *sínica* tem por base a centralidade do *Heartland* chinês (referenciado na dinastia Han), circundado pelas províncias que mantêm algum estatuto de autonomia; as províncias cuja população não é de maioria chinesa; as entidades geográficas com estatuto oficial autónomo (Hong Kong, Macau e, na óptica da RPC, Taiwan); a aproximação de Singapura com 76% da população de origem chinesa; e a diáspora de elevada influência na Tailândia, Vietname, Malásia e Filipinas (Wilensky, et al., 2005: 118).

Para Zbigniew Brzezinski, a RPC é afectada pelo Japão, que foi o seu inimigo do séc. XX, pela Rússia, em relação à qual não pode ter relações de confiança e a Índia que se constitui actualmente como seu potencial rival nas condições geográficas que possui. Como consequência das relações historicamente conflituais entre EUA-Rússia e da aproximação EUA-Japão, considera que a opção geopolítica da RPC deverá ser a associação aos EUA, por estes poderem constituir o contrapeso de equilíbrio da balança de poderes que indirectamente protegerá a RPC da acção dos seus competidores regionais (Brzezinski, 1997: 78).

Aquando da elaboração da sua obra, em 1997, Brzezinski afirmava que as relações na região asiática desenvolviam um percurso pacífico, sendo dada preponderância ao rápido crescimento económico que se verificava. No entanto, as disputas políticas de cariz territorial podiam constituir um factor ignidor da conflitualidade regional. De entre as matérias passíveis de tal classificação, encontravam-se a declaração unilateral de independência por parte de Taiwan não reconhecida pela RPC, a disputa sobre as ilhas Paracel, Spratly e Diaoyu, a instabilidade da divisão da península coreana, bem como as disputas fronteiriças que a China ainda hoje mantém (Brzezinski, 1997: 80). (Ver Figura 1).

A sua teorização sobre a possibilidade da afirmação regional e/ou global da RPC atribui importância à história, à geografia, à manutenção do crescimento económico e democratização do sistema político. Se a história potencia o nacionalismo que abrange a totalidade do território histórico, no qual se inclui Taiwan, apenas o crescimento económico e a abertura política poderão aproximar as duas Chinas. O não cumprimento de tais condições, associado à pretensão de domínio, tentará a RPC a fazer valer a sua capacidade militar, desgastando-a pelo investimento financeiro que lhe está associado, criando condições para o seu declínio, como já fora experimentado pelas dinastias.

A possibilidade de domínio regional da RPC apoiado na sua diáspora, financeira e



economicamente forte, alargará a sua influência e mesmo suserania aos Estados limítrofes, penetrando igualmente para a Ásia Central e o extremo-orientes russo, lembrando as dinastias do séc. XIX, procurando solucionar os conflitos regionais com recurso à diplomacia e influência económica (Brzezinski, 1997: 85). (Ver Figura 2).

Alargando o espaço de influência, pode considerar-se a hipótese do domínio global, (Ver Figura 2), cuja opção acarretaria a tentação de impor pela força a soberania a Taiwan, com desprimor pelas posições norte-americanas que, embora ambíguas, tendem a privilegiar o relacionamento pacífico. Os Estados da Ásia Central, Uzbequistão e Turquemenistão poderiam ser impelidos a uma aliança com a RPC, como contra-peso nas suas relações com a Rússia. Ainda, esta RPC política e economicamente poderosa poderia conduzir um projecto mais audacioso de influência no Leste da Rússia, incitando à unificação coreana, mas sob seu domínio (Brzezinski, 1997: 86).

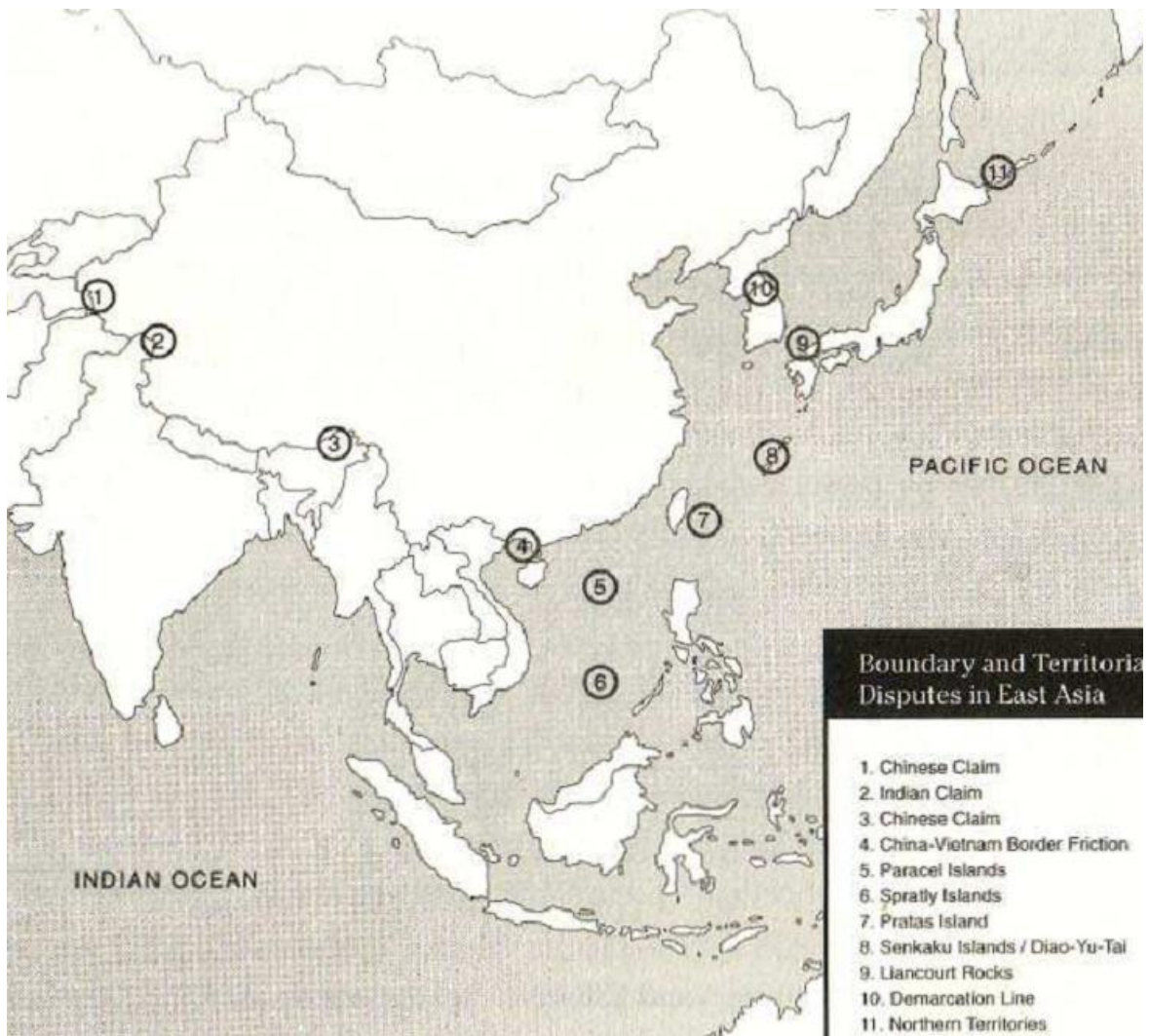


Figura 1: Disputas territoriais e fronteiras no Sudoeste asiático
Fonte: (Brzezinski, 1997: 78)

Os cenários teorizados, em especial o global, poderão ser contrariados por actores



exteriores. A Oeste, a Rússia e a Índia seriam forçadas a inverter a influência chinesa, através de uma possível aliança. A Sul, o Vietname e a Indonésia, com possível apoio australiano, ofereceriam forte resistência aos desideratos chineses. A Este, os EUA, com a sua plataforma estendida ao Japão, poderiam recorrer ao uso efectivo do instrumento militar para impedir o domínio sobre a península coreana e a absorção forçada de Taiwan.

A concretização de qualquer dos cenários de domínio depende da capacidade de desenvolvimento económico, político e social da RPC e da atitude dos EUA como poder equilibrador no Pacífico. Garantidas as condições internas, a posição americana deve ser de indiferença para que possa ser verificado o domínio global. Relativamente ao domínio regional, ainda que seja aceitável a sua ocorrência, necessita de uma posição de acomodação por parte dos EUA, pois o fluxo financeiro e económico no estreito de Malaca propaga-se ao Japão e por conseguinte, aos EUA, que não pretendem ver estranguladas as vias de troca económica (Brzezinski, 1997: 86).

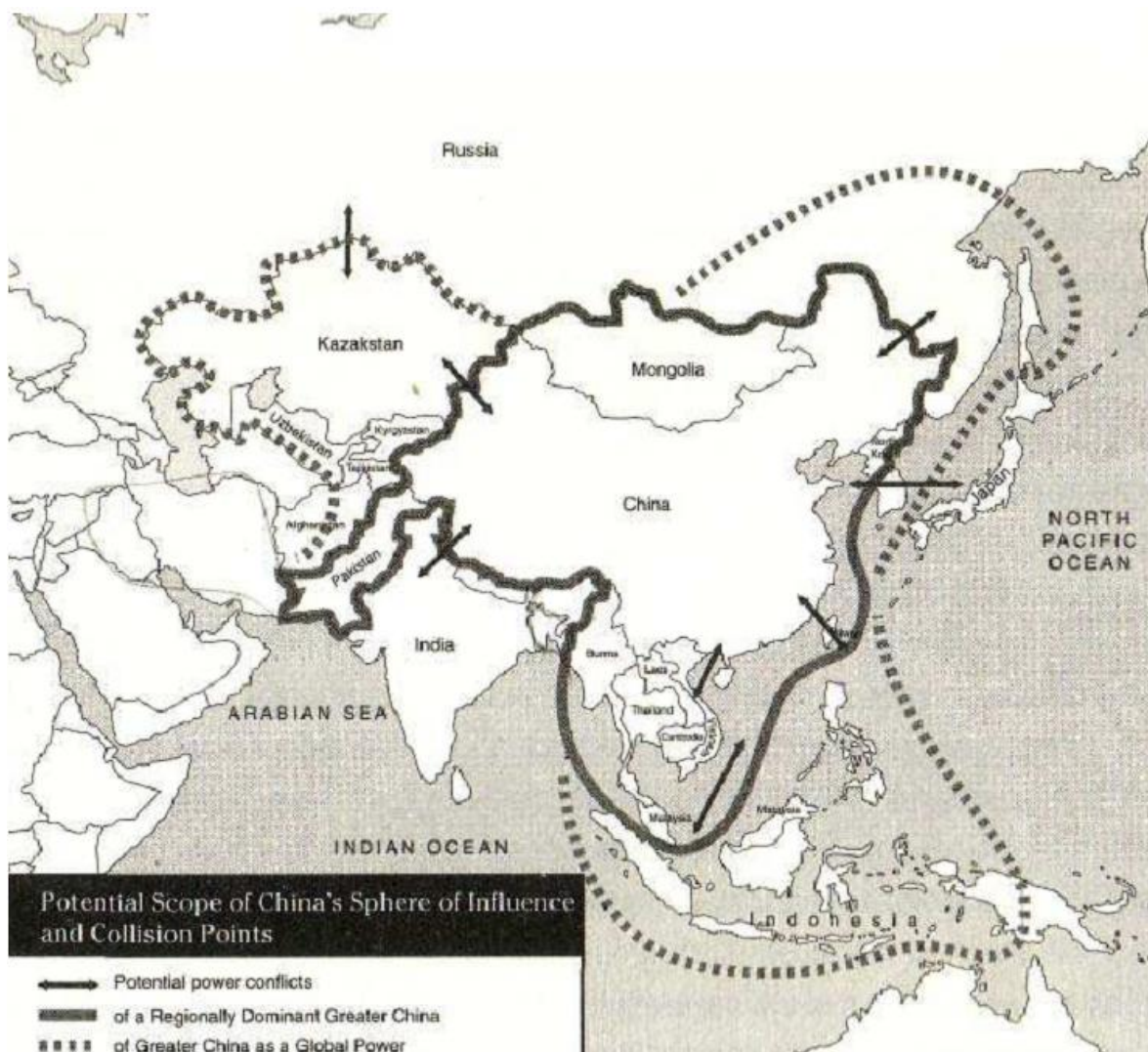


Figura 2: Domínio regional e global da RPC
Fonte: (Brzezinski, 1997: 85)



d. Síntese conclusiva

As razões que conduziram à ascensão, declínio e posterior queda das dinastias foram semelhantes e recorrentes. Os principais problemas não solucionados por estes Impérios relacionaram-se com a volatilidade das suas regiões de fronteira, especialmente no Norte; o crescimento populacional que dificultava a administração, o controlo político e o progresso económico; e a centralização do poder no Imperador e nos seus conselheiros.

As alterações que se verificaram na China, desde a época Imperial até ao período revolucionário de Mao Zedong, tiveram por base cinco condições chave da sua política: a defesa da sua integridade territorial; a periódica contracção e expansão do controlo da sua periferia e das fronteiras como consequência da flutuação das capacidades governativas do Estado, a par das pretensões de unificação, com períodos de fragmentação e guerra civil; a utilização pontual da força contra entidades externas, principalmente para defesa do território e da periferia; a confiança confuciana em estratégias de segurança, por princípio não coercivas, para controlar a periferia, quando o Estado não foi capaz de o fazer com a utilização do meio militar ou quando essa possibilidade fosse demasiado custosa ou desnecessária; e a alternância entre a forte influência da liderança da classe política, com base no seu carisma, e o autoritarismo interno, como sistemas de controlo governativo.

A história da China demonstra os ensinamentos das teorias geopolíticas abordadas, pela prioridade atribuída ao seu território (com base no *Heartland*) – defendendo-o para garantir a integridade e, eventualmente, expandindo-o para aumentar a suserania – associada à alternância entre o primado da diplomacia e a passividade do isolacionismo, inculcando na população um forte sentimento de necessidade de coesão nacional.

A teoria geopolítica analisada associa as potencialidades geográficas da RPC às pretensões históricas que, conjugadas com as acções que vem executando, a colocam numa situação passível de modificar as relações na região Ásia-Pacífico. A sua determinação em afirmar o poder em terra tem sido uma constante da sua política imemorial, ainda que possa apenas ter por objectivo a manutenção do *status quo* político e territorial, concretizada no que Brzezinski considera serem as possibilidades de influência na região, que tendem desde há uma década a projectar o seu renascido poder naval.



3. Análise geoestratégica

A caracterização da RPC é associada à sua imensidão e variedade territoriais e elevada população, possuidora de uma cultura antiga, que pretende conjugar as suas potencialidades de modo a poder garantir a evolução interna para prosseguir os seus interesses externos. A RPC é uma potência com capacidades de maior influência regional e mundial que tem, desde as reformas de Deng Xiaoping em 1978, primado por um caminho de evolução das suas capacidades económica, militar e demográfica, de modo a concretizar a sua influência geopolítica e geoestratégica, e garantir o seu lugar no xadrez mundial (Wilensky, et al., 2005: 112 e 121).

Para caracterizar o potencial estratégico da RPC analisaremos o factor físico, o factor humano, o factor recursos e o factor estruturas (IESM, 2007).

Os factores circulação e científico-tecnológico não serão abordados dado que, tendo por base o inegável crescimento chinês, estes factores estão-lhe associados e assim, como facilitadores e promotores do desenvolvimento, consideramos estar comprovada a concretização das potencialidades que ambos apresentam.

O factor físico assenta na caracterização do território, tendo em conta a sua definição de existência política, jurídica e administrativa do Estado.

O factor humano terá em atenção a sua relevância para a RPC, sendo que este é um *elemento de influências contraditórias*, com reflexo na mão-de-obra, nos efectivos militares e na massa crítica intelectual, mas podendo de igual modo contribuir para a desagregação social e política, obrigando a reorientar as políticas centrais.

A análise do factor recursos centra-se na sua disponibilidade, na necessidade do seu consumo e na possibilidade de materializar influência no desenvolvimento económico e possibilitar ou condicionar a independência energética e alimentar.

O factor estruturas será analisado na perspectiva da organização da sociedade, nas suas dimensões nacional e regional, relacionando o factor humano com o meio físico e verificando a sua harmonia para gerar poder ou diminuí-lo.

a. Factor Físico - Potencialidades e Vulnerabilidades.

Como potencialidades, o território possui grande capacidade de alojar a sua enorme população, e também dispõe de recursos, ainda que não seja auto-suficiente, para fazer face aos seus desejos de desenvolvimento.

Pela posição mista que ocupa, tem capacidade de influenciar directamente diversos teatros de operações do continente eurasiático (Ásia do Norte e do Nordeste, Ásia Central e Ásia do Sul e do Sudeste), combinando com a defesa do território extenso e acidentado



contra ataques convencionais, dados os obstáculos que as grandes barreiras geográficas a Sul e Sudoeste constituem. A extensão territorial possibilita a dispersão contra ataques nucleares e dificulta o domínio por parte de um exército invasor pela dificuldade do seu controlo.

Apresenta como vulnerabilidades, a diversidade de características das fronteiras físicas e políticas que obrigam a dispersar recursos políticos, diplomáticos, económicos e militares, estando geobloqueada nas saídas para o Pacífico, desde o Japão até à Indonésia, de Norte para Sul, passando por Taiwan e pelas Filipinas. O território é facilmente penetrável ao longo da extensa fronteira Norte, sendo apenas esta fraqueza mitigada pelas quase inexpugnáveis regiões desérticas e semi-desérticas.

Associada às políticas centralizadoras que historicamente tem assumido, a extensão territorial dificulta a comunicação com o seu extremo-ocidente (Tibete e Xinjiang), agravada pela disparidade de desenvolvimento entre litoral e interior, a favor do primeiro.

b. Factor Humano - Potencialidades e Vulnerabilidades

Como refere Hans Morgenthau, nenhum país é poderoso por possuir elevada população, mas nenhum país pode ser poderoso se não possuir relativamente aos restantes, uma população elevada (Wilensky, et al., 2005: 173).

A grande massa populacional da RPC é, em absoluto, uma potencialidade indiscutível dada a massa crítica que pode incluir, a homogeneidade étnica que a caracteriza, a capacidade produtiva que detém, a influência migratória que pode fazer sentir e o aumento dos efectivos militares. A deslocalização funcional da população, que tradicionalmente exercia a actividade agrícola para o exercício da actividade operária, provocou ausência de produção agrícola suficiente para alimentar a população, obrigando à importação de trigo e arroz (Barreau, et al., 2008: 212).

A diáspora chinesa é igualmente uma potencialidade a explorar pela pressão social e política que pode exercer nos Estados onde se encontra e também no plano financeiro interno com as remessas de divisas que envia para a terra natal.

No entanto, a mesma população absoluta, mercê das diferenças étnicas, de desenvolvimento económico-social e de esclarecimento político-cultural, da fraca qualificação da sua mão-de-obra e da concentração em regiões sobrepovoadas, pode dificultar a manutenção das capacidades de desenvolvimento do país.

c. Factor Recursos - Potencialidades e Vulnerabilidades.

As potencialidades residem na quase auto-suficiência que a extensão e diversidade geomorfológica da China lhe permitem relativamente à maior parte dos recursos



estratégicos, onde se incluem os recursos alimentares que tem capacidade de produzir, com excepção do petróleo, que o desenvolvimento industrial obriga hoje a importar.

As vulnerabilidades consideram-se ser a dependência de importação energética, as insuficientes infra-estruturas do território, designadamente quando se comparam os indicadores chineses com os dos países desenvolvidos, como tomámos o exemplo do Japão.

d. Factor Estruturas - Potencialidades e Vulnerabilidades.

As potencialidades podem ser sucintamente referidas como a possibilidade da organização política e administrativa estatal poder manter o domínio ideológico sobre a população, sustentando a ordem interna, que considera necessária ao desenvolvimento económico e social. Para além do aumento da qualidade de vida, a criação de emprego com disseminação regional, ainda que a baixo dispêndio para o Estado, possibilita a melhor distribuição de riqueza e permite divulgar o produto chinês, fortalecendo os ganhos da economia. A manutenção do desenvolvimento de um já grande mercado interno, contribui também para o aumento da importância da RPC no comércio regional e mundial.

No plano militar, a difícil acessibilidade ao território, conjugada com a sua profundidade, garantem-lhe a defesa contra ataques convencionais, como já foi referido. A dispersão de unidades abrangendo todo o território, com comandos descentralizados, permite melhor controlo e segurança do mesmo. O desenvolvimento económico possibilita o investimento financeiro para requalificar o equipamento e armamento, aumentando a eficácia das suas já numerosas Forças Armadas, as quais, associadas à disseminação territorial dos órgãos do poder político, contribuem com a sua dispersão para o fortalecimento do sentimento de segurança que aumenta a coesão nacional por a população entender que o Estado as protege das ameaças exteriores (historicamente recorrentes).

As vulnerabilidades apresentam-se na dependência tecnológica do exterior, no dilema em investir no desenvolvimento da qualidade de vida da população ainda afastada dos benefícios do desenvolvimento ou investir no instrumento militar e nas estruturas internas, prolongando ainda mais as assimetrias regionais entre o litoral e o interior, que fomentam conflitos na periferia, onde historicamente o controlo da administração central tem sido mais frágil.

e. Síntese conclusiva

A RPC pretende usar o desenvolvimento económico, associado a uma disciplinada política externa e à evolução do instrumento militar para, com base na potencialidade dos factores demográfico e geográfico, conseguir assumir o papel preponderante na região



Ásia-Pacífico.

Orientada pela coesão nacional que lhe é indispensável e sendo o Estado com a maior população mundial, caracterizada pela ruralidade e pelas ânsias de desenvolvimento financeiro, tecnológico e social, a RPC terá nos factores de potencial estratégico analisados, potencialidades e vulnerabilidades das quais se destacam como positivas, a grande população e o elevado crescimento económico que tem possibilitado o crescimento da classe média e disseminação da riqueza, o que motivou a redução drástica da quantidade de pessoas abaixo da linha de pobreza, como resultado da política económica de abertura das estruturas económico-financeiras ao exterior, ainda que sob forte orientação política quanto à utilização do seu produto. Referenciado como dilema do poder político chinês, o desenvolvimento do instrumento militar, garantindo-lhe as capacidades para exercer a preponderância regional, a manter-se, é igualmente um factor positivo.

Como condicionantes, o aumento populacional que, mesmo com crescimento reduzido, incrementa as necessidades alimentares e, associado à distribuição de riqueza e abertura ao exterior, conduz também ao crescimento do consumo de bens duradouros, obrigando a maior produção industrial, aumento do consumo energético industrial e privado, que induziram nos anos finais do séc. XX à deflação económica e cujas consequências se fizeram sentir na população, provocando desigualdades de desenvolvimento entre regiões urbanas costeiras sobrepovoadas, em contraste com o desenvolvimento das regiões rurais, incutindo na população a necessidade de migrar em busca da qualidade de vida, adensando ainda mais as cidades. Em resumo, as principais distinções regionais são apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1: Comparação resumo entre China Este-Oeste

	Oeste	Este
Desenvolvimento económico	Fraco; essencialmente agrícola	Elevado, baseado em serviços e indústria
População	Fraca densidade	Alta densidade
Características geográficas	Clima árido; pouco terreno para agricultura	Rios mais abundantes; região de chuvas; terreno propício a agricultura
Utilização da Terra	Actividade pastorícia	Actividade agrícola
Recursos	Reservas de petróleo, gás natural e chumbo	Reservas de carvão

A análise geoestratégica efectuada, em respeito da delimitação do estudo, é espelhada no Apêndice 2.



4. Relações exteriores da RPC com os principais actores regionais

a. ASEAN

Constituída em 1967, esta Organização Internacional (OI) regional teve como propósito fundamental da sua formação o combate à ameaça comunista, contando com a presença da Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura e Tailândia, recebendo mais tarde novos membros como o Brunei, Vietname, Laos, Myanmar e Cambodja (Boniface, 2005: 158). Hoje, a organização conta com parcerias e diálogos multilaterais com várias organizações e países, dos quais se destaca a ASEAN Plus 3, agregando os esforços da RPC, Japão e Coreia do Sul (ASEAN, 2003).

As relações entre a RPC e a ASEAN modificaram-se ao longo dos últimos 15 anos. Inicialmente, as relações entre os dois blocos podiam, numa analogia geométrica, ser apelidadas de paralelas, não prevendo ter assuntos comuns. Desde a fundação da RPC, poucos países do Sudoeste Asiático a reconheceram como a nova entidade política sucessora da Imperial China⁷, e apenas com estes manteve relações próximas, tendo também apoiado a *luta* do Vietname contra a França na década de 50 e os EUA, na década de 60 e 70 do séc. XX.

Os receios e incertezas dos países não comunistas da região, quanto às intenções da RPC do final do séc. XX, levaram alguns a formar organizações como a SEATO⁸ e a FDPA⁹, com especial influência dos EUA, para que os interesses não comunistas fossem salvaguardados. Outros, como a Tailândia, Malásia e Filipinas, apenas estabeleceram contactos diplomáticos com RPC na década 90 do séc. XX (Yuan, 2006: 3).

Do ponto de vista da organização, a preocupação com as intenções militares e com a política determinada da RPC face às disputas territoriais alterou-se, sendo actualmente as suas relações caracterizadas por fortes laços económicos e partilha de interesses na promoção da segurança regional, contando actualmente com uma parceria estratégica, formalizada num acordo comercial¹⁰ e ainda cooperação em assuntos de segurança marítima (Yuan, 2006: 1).

Cerca de 6% da população dos países da ASEAN pertence à diáspora chinesa, não estando, no entanto, homogeneamente distribuída pela região. Ela é mais representativa em Singapura, onde soma mais de dois terços da população, do que na Malásia ou Tailândia, onde não ultrapassa os 30%, ou mesmo nos restantes países onde, no conjunto, não é mais

⁷ A Indonésia e a Birmânia (actual Myanmar) reconheceram a RPC em 1950 (Yuan, 2006: 3).

⁸ Southeast Asian Treaty Organisation (1954-1977).

⁹ Five-Power Defence Arrangements (1971).

¹⁰ China-ASEAN Free Trade Area (CAFTA).



do que 5% do total da população. Em qualquer dos territórios, as populações de origem chinesa concentraram-se em zonas urbanas produtivas, onde a sua actividade é notada na produção industrial e no comércio (Boniface, 2005: 157). A diáspora chinesa nos países ASEAN é tão importante que, nos anos 80 do séc. XX, a RPC iniciou uma série de contactos bilaterais com os Estados do Sudoeste asiático, retirando apoio aos movimentos comunistas insurgentes e promovendo a aceitação da nacionalidade de residência da sua vasta diáspora, dando sinais positivos à comunidade asiática da iniciativa chinesa de predisposição para o relacionamento diplomático.

Formalmente, os contactos da RPC com a ASEAN começaram em 1991, quando a sua representação governamental participou numa reunião da ASEAN Regional Forum (ARF), evoluindo em 1994 para membro consultivo, tendo-se tornado, em 1997, um membro pleno (Yuan, 2006: 5).

A importância do relacionamento da RPC com a ASEAN prende-se especialmente com a gestão das disputas territoriais no Mar da China Meridional. Os esforços diplomáticos deram frutos em 2002, quando se firmou o acordo entre a organização e a RPC, estabelecendo-se que os diálogos deveriam centrar-se na relação multilateral em detrimento dos contactos bilaterais, pois podiam conduzir a compromissos contrários aos propósitos dos actores interessados na região (Takagi, 1997).

A posição de Pequim face à resolução da disputa pode deixar notar o carácter nacionalista que o seu governo impõe nas relações externas. A RPC assinou este acordo após algumas tentativas de entendimento mal sucedidas, em que as posições de irreduzibilidade em não se submeter à apreciação multilateral, de não concordar com a realização de exercícios militares, de apenas aplicar o acordo às ilhas Spratly e não às Paracel, vincaram as intenções chinesas de protelar a resolução dos diferendos, mantendo a possibilidade de decidir, caso a caso, com quem se relaciona, promovendo a obtenção de contrapartidas nas negociações. Exemplo desta tomada de posição foi a negociação bilateral levada a cabo entre a RPC e as Filipinas, em que este país beneficiou de um empréstimo de um bilião de dólares em troca de acções de exploração petrolífera conjunta nas Spratly (Carriço, 2006: 421).

A organização serve também de base à cooperação em matéria de segurança e defesa, tendo ocorrido vários contactos e visitas de responsáveis militares e dirigentes políticos chineses da área da defesa a países ASEAN e vice-versa, estabelecendo-se



diálogos permanentes com seis países ASEAN¹¹ e com a própria organização. De igual forma, foi promovida a venda de armamento e a execução de operações de patrulhamento do Golfo de Tonkin com militares vietnamitas (Yuan, 2006: 14).

b. Organização de Cooperação de Xangai

Formada em 2001 com o actual nome, deriva da anterior organização *Xangai 5*, e é hoje uma experiência de âmbito geográfico mais alargado constituída pela RPC, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão e Uzbequistão. Tem ainda como observadores a Índia, Irão, Mongólia e Paquistão.

O seu propósito de constituição foi a oposição ao separatismo e terrorismo regionais, embora seja também considerada uma oposição à influência dos EUA por constituir a principal plataforma de entendimento entre a RPC e a Rússia, podendo estes dois países firmar entendimentos que pretendem contrariar o crédito económico e militar de que os EUA gozam na região Ásia-Pacífico (Vasconcelos, 2006: 148).

c. Filipinas

Desde os anos 70 do séc. XX, a RPC tem exercido a sua soberania com a construção de infra-estruturas nas ilhas Spratly, instalando tropas no recife de Mischief, ligando as suas guarnições no arquipélago, o que motivou o protesto de Manila face ao que denominaram de *marcação de território*, através da colocação de marcos geográficos chineses nos recifes de Pennsylvania, Jackson, Half-moon, First Thomas e Second Thomas, o que provocou o corte de negociações diplomáticas entre os dois países (Wilensky, et al., 2005: 142).

Para a RPC, a presença das suas forças navais no arquipélago das Paracel é entendida como a extensão da sua influência económica e estratégica, sendo esta ideia reforçada pela contínua integração no território chinês de pequenas parcelas de territórios do Mar da China Meridional, matéria que veio a ser negociada pelos dois países, em 1995, no acordo que espelhou o entendimento em resolver as disputas territoriais de forma pacífica, em concordância com o Direito do Mar (Yuan, 2006: 10).

As medidas adoptadas por Pequim e Manila foram também assumidas no entendimento firmado em 1999, no grupo de trabalho bilateral *criação de medidas de confiança*, estabelecendo-se pela parte da RPC que a resolução das disputas sobre as Spratly deve ser desenvolvida sem recurso à ONU, que deve ser criado um clima de confiança entre as partes e que as instalações já construídas devem ser utilizadas, mas para

¹¹ Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietname.



fins não militares. Pela parte do governo filipino, considera-se que o recife de Mischief se situa dentro da Zona Económica Exclusiva (ZEE) das Filipinas e que a opção pelo desmantelamento das estruturas existentes no recife ou a sua utilização conjunta é a solução para a disputa (Wilensky, et al., 2005: 145).

d. Índia

As disputas com a RPC têm sido intensas desde os anos sessenta do século passado, tendo por objecto o Aksai Chin, uma região situada entre o Tibete e o Xinjiang, e que actualmente se encontra sob administração chinesa. A reivindicação de domínio por parte da Índia levou ao confronto armado em 1962, até porque a RPC sempre considerou inadmissível o apoio da Índia à causa de libertação tibetana, tentando fragilizar o domínio chinês na região. Os confrontos conduziram à anexação, por parte da RPC, duma faixa de terreno indiana, motivando até hoje a tensão entre os dois países (Cariço, 2006: 234 e 248).

Paralelamente, as disputas sobre os recursos hídricos não conduziram a nenhum tratado sobre a matéria em questão, em relação a nenhum dos rios internacionais, ficando a Índia à mercê das convenções sobre a gestão dos rios internacionais. A RPC tem intenção de desviar o rio Brahmaputra para melhorar a condição de vida das suas populações, deixando a Índia apreensiva, acusando Pequim de não partilhar informação relativa ao fluxo dos rios, principalmente no que respeita à ocorrência de cheias que causam problemas sociais, económicos e ambientais.

As actuais intenções da RPC, e a não acomodação da Índia, poderão colocar os dois países em situação de competição pelos recursos hídricos. No entanto, actualmente, os dois países partilham um acordo relativo a comércio e vias de comunicação e também um acordo tácito de entendimento generalizado, iniciado com o reconhecimento por parte da Índia da condição do Tibete como território chinês, tendo a RPC respondido com o reconhecimento do território de Sikkim como parte da Índia (Bajpae, 2006).

e. Japão

As disputas territoriais entre os dois países têm como objecto as áreas marítimas subjacentes aos depósitos de gás natural no Norte do Mar da China e as ilhas Diaoyu, remontando o problema a 1895 quando se deu a ocupação pelo Japão, que a RPC tem contestado desde a década de 70 do séc. XX. A influência japonesa na região estendia-se ao território chinês, incluindo a totalidade do futuro refúgio da china nacionalista, Taiwan, podendo tal ascendência ser justificada pela importância que a ampla ZEE que lhe estava associada (Wilensky, et al., 2005: 128).



Desde meados do séc. XX, o Japão tem pautado o seu relacionamento com a RPC por uma política de oposição à inserção do Tibete e de Taiwan na agenda nacional chinesa (Wilensky, et al., 2005: 131), tendo, desde 1972, estabelecido novas relações diplomáticas, (Emmot, 2008 p. 191).

f. Taiwan

Sendo considerada por Pequim a 23ª província da RPC, (Wilensky, et al., 2005: 134), esta ilha tem grande significado político e histórico para o continente, desde que os seguidores de Chang Kai Chek nela se refugiaram em 1949, após a conquista do poder por Mao Zedong. Para Pequim, Taiwan é parte do seu território, tendo a separação resultado da guerra civil, sobre a qual mantém o governo legítimo sob o *slogan* de *um país, dois sistemas*, não admitindo ingerência de outros países (Wilensky, et al., 2005: 128).

As aproximações diplomáticas têm sido impulsionadas pela sólida relação económica, na qual se verifica certa interdependência, pois Taiwan representa o 14º valor de comércio externo do mundo, com importações da RPC em cerca de 13%, sendo que esta absorve 24% das exportações taiwanesas e 10% das suas importações provêm de Taiwan. Na hierarquia mundial de rendimento *per capita*, Taiwan é o 23º país, o que revela a sua importância financeira na relação económica com a RPC (NM, 2008).

Os diferendos entre as duas entidades têm sido alvo de diversos desenvolvimentos nas últimas décadas. Desde os anos 80 do séc. XX, a diplomacia tem sido o instrumento de poder mais aplicado pelo governo da China continental, promovendo o entendimento entre os dois lados do estreito, mas de igual modo tem tentado impedir a afirmação internacional do Governo de Taipé perante outros países ou organizações, bem como, a sua declaração de independência. A posição de Taipé poderá ser a de manter uma postura de não afirmação das suas pretensões, contando que a RPC mantém a atenção passiva, não afrontando o equilíbrio estratégico. O recurso à coacção, com eventual utilização do instrumento militar por parte da RPC contra a passividade de Taiwan poderá desencadear uma protecção por parte dos EUA, apoiado pelos instrumentos jurídicos do Direito Internacional Público (DIP) (Carrigo, 2006: 537 e 543).

A abordagem de Taipé, como vimos, não tem sido conflitual, preservando a sua expectativa pacífica face às disputas sobre as ilhas Spratly, promovendo a cooperação com os restantes intervenientes nas questões de navegação, ecologia e pesquisa oceanográfica no Mar da China Meridional. Nas restantes matérias que a envolvem como a RPC e Estados terceiros, Taiwan tem assumido a postura de neutralidade, não tendo, até ao momento, contribuído para aumentar a conflitualidade na região com os restantes actores



regionais, em particular com a China continental (Wilensky, et al., 2005: 136).

g. Vietname

A posição chinesa face ao Vietname ficou marcada pelo recurso à força desde que, em 1974, as forças da RPC obrigaram forças navais do Vietname do Sul a retirar das ilhas Paracel tendo destruído algum equipamento militar daquele País, auxiliando o Vietname do Norte nos esforços de reunificação dos dois países, que este Estado conduzia contra os EUA (Yuan, 2006: 10). A RPC obteve como contrapartida o apoio do Vietname do Norte no reconhecimento do domínio chinês sobre as ilhas Paracel e Spratly (Wilensky, et al., 2005: 140).

Após a retirada americana, o Vietname, unificado em 1976, confrontou-se com a presença da RPC nas ilhas Spratly. No entanto, a visão política vietnamita foi influenciada pela sua adesão à ASEAN, não procurando uma resposta militar para o conflito, tendo antes contribuído para o reforço das relações político-diplomáticas promovidas por aquela organização.

h. Rússia

A RPC mantém relações cordiais com a Rússia, tendo-se esbatido o contra-peso que aquele país pretendia dos EUA e que caracterizava a sua posição face à URSS durante a Guerra-Fria, sendo hoje parceira da Rússia para poderem contrabalançar o poder dos EUA. Mas, apesar da positiva relação diplomática, as disputas territoriais entre os dois Estados mantêm-se em relação às ilhas nos rios Amour e Oussouri e às montanhas do Pamir (Wilensky, et al., 2005: 128).

Em 1997 os dois países promoveram a *Declaração Conjunta sobre um mundo multipolar e a formação de uma nova ordem internacional*, estabelecendo uma parceria estratégica sino-russa para o século XXI e espelhando a melhoria das relações entre os dois países, contudo com algum cariz de contradições e incertezas, dado que não foram totalmente resolvidos os diferendos territoriais referidos (Lo, 2004: 295).

Vistas as preocupações da Rússia face às pretensões territoriais da RPC no seu extremo-oriental, o governo de Moscovo vê como positiva a oposição dos EUA às ambições estratégicas chinesas nessa região, e assim, como afirma Kissinger, a relação entre EUA, Rússia e RPC é demasiado frágil e interdependente para que possam ser acordadas alianças que marginalizem a influência do equilíbrio estratégico que os EUA introduzem na região entre as potências principais (Kissinger, 2002: 105).

i. EUA

As intenções chinesas de ser a potência regional preponderante têm em vista, não só



os actores asiáticos, mas também a diminuição da influência norte-americana, que se faz sentir nas matérias relativas ao Tibete e a Taiwan, e ainda sobre as posições dos EUA em relação ao que Washington considera serem violações dos direitos humanos e práticas não democráticas no território chinês (Wilensky, et al., 2005: 130).

A aproximação dos EUA, durante o mandato do Presidente Nixon, à RPC deveu-se, em grande parte, à oportunidade criada pela cisão nas relações entre os dois gigantes comunistas da Ásia – a RPC e a URSS – que provocou o fim da capacidade de domínio da instituição comunista unitária por parte da URSS, podendo os EUA aproveitar o momento para estender a sua influência ao continente asiático. As doutrinas altruístas ocidentais advogadas na época foram contrariadas por Nixon, tendo assumido que a política externa seria dirigida de acordo com os interesses americanos e não daquelas (Kissinger, 2007: 620).

O triângulo EUA-URSS-RPC era considerado explosivo, com duas leituras políticas opostas. A de que a aproximação dos EUA à RPC facilitaria o diálogo com a URSS e a de que a URSS poderia não ver com boas intenções a reaproximação dos dois lados do pacífico. Os EUA mantiveram a aproximação diplomática à RPC, a que esta acedeu, mas mais com receio de ser invadida pela URSS do que pelo interesse em dialogar com os EUA (Kissinger, 2007: 629). No entanto, a RPC não cedeu apenas, tendo negociado a sua pretensão de soberania sobre Taiwan, opondo-se aos EUA que se centravam na renúncia a tal desiderato dominador e na insistência da participação da RPC nos diálogos de desarmamento. Ao incluírem na guerra entre as duas potências mundiais a RPC, os EUA tentariam apaziguar a sua relação com a URSS, por considerarem que introduziam um factor de equilíbrio na balança de poderes Leste-Oeste, num momento em que as intenções de ataque da URSS à RPC eram consideradas credíveis e com elevada probabilidade de ocorrência (Kissinger, 2007: 631).

Grande parte das divergências entre os EUA e a RPC tiveram origem na visão da influência da ideologia comunista chinesa sobre a gestão das questões da Indochina e do Vietname, mas as duas potências firmaram acordos em 1972 e 1973 para oficializar a vontade de contrariar as pretensões de qualquer Estado em dominar o mundo, relegando as questões regionais para segundo plano, firmando os esforços de aproximação diplomática e retirando os seus diferendos da agenda principal (Kissinger, 2007: 636).

A diplomacia americana vê na RPC o inimigo ideal do seu adversário principal, a URSS, considerando que a abertura da economia chinesa e o diálogo com os EUA colocariam a URSS entre dois blocos ideologicamente opostos entre si, mas que em



comum lhe eram antagónicos, o Ocidental – liderado pelos EUA – e o Sul asiático, materializado pela RPC (Kissinger, 2007: 637).

O diálogo entre EUA e RPC serviu assim dois propósitos. Forneceu um reforço de argumentos de equilíbrio nas relações EUA-URSS, orientado pelo alargamento da esfera de influência dos ideais políticos americanos, sendo seguido pela parceria económico-financeira, que lhes permitiu angariar recursos financeiros para desenvolver a sua economia. Associada ao diálogo formal está a presença militar que os EUA exercem nos mares asiáticos e que conferem à RPC uma sensação de segurança relativa, porquanto os receios de invasão por parte da URSS, experimentados no séc. XX, não são hoje tidos por Pequim como credíveis, considerando que a presença naval nipónica no Pacífico interfere mais com os seus interesses na região e é também contida pelos EUA.

Na sua relação actual com a RPC, os EUA têm advogado o princípio do *primado comercial* como importante para a sua economia, separando as matérias de orientação político-social das económico-financeiras, alimentando a prosperidade económica e robustez da classe média chinesa o que indirectamente, esperam, ocidentalizará a sociedade chinesa, pela influência que o crescente grupo populacional beneficiário das virtudes da economia de mercado tentará fazer sentir aos decisores políticos da RPC (Wilensky, et al., 2005: 138).

j. Síntese conclusiva.

A RPC tende a deixar desvanecer o registo de relacionamento bilateral, assumido num tempo da história em que as suas elites não consideravam a comunidade internacional como um *fora* de discussão dos seus assuntos internos ou de aspirações externas, mas antes pautavam-se pelo diálogo com um único interlocutor, na prossecução dos seus interesses nacionais, alheando-se das questões que considera serem marginais aos seus desígnios.

A renovação do sistema mundial desde o final da Guerra-Fria moldou a percepção da política chinesa sobre as relações que cruzavam o seu espaço de interesse, impelindo-a a assumir novos diálogos com os actores regionais, de modo a que fosse preenchido o vazio estratégico regional e contrabalançada a crescente influência dos EUA.

As actuais relações de Pequim inserem-se num entendimento de que o seu desenvolvimento não lhe é devido em exclusivo, necessitando de assumir compromissos que lhe permitam colher dividendos para alimentar o crescimento económico e lhe confirmam o posicionamento desejado na cena regional e global, pelo que assume a necessária interacção multilateral, a que não está habituada, mas da qual, em parte, depende a concretização de pretensões de soberania territorial e independência energética.



5. A China geopolítica

A política de adoptar a construção da economia como chave de ligação nunca deverá ser modificada; a reforma e a política de portas abertas não deverão alterar-se. A directriz básica do partido não deverá ser abalada durante os próximos cem anos. Devemos aprender com a lição da ex-União Soviética e conduzir bem as relações entre o centro e as periferias do partido. Devemos apoiar os líderes do PCC. A posição do PCC como partido dirigente nunca deverá ser contestada. Deng Xiaoping, 1994 (Castells, 2003: 384).

a. O conceito estratégico da China

As descrições sobre a China referentes ao séc. XIII caracterizavam-na como um *Império vasto, altamente urbanizado, rico, com enorme capacidade inventiva e pouco dado às questões militares* (Gelber, 2008: 104).

Actualmente a RPC é um actor que, pelas suas particularidades geoestratégicas que coloca o mundo numa atitude de desconfiança, em virtude das suas possíveis intenções e da possibilidade de concretização das mesmas, dadas as características já apresentadas na análise geoestratégica, em especial na região Ásia-Pacífico na qual predominantemente exerce a sua política externa.

As posições de cada país são orientadas pelas perspectivas optimista ou de inquietude, não devendo ser tomadas em consideração isoladamente, nem motivadas por acontecimentos singulares pois, como afirma Jonathan Pollack, a força militar, económica e o poder potencial não são as únicas explicações da importância da RPC na actualidade das relações globais. *Se a sua importância estratégica é considerada moderada e a sua actuação económica tem sido mediana, isto não pode justificar a importância considerável da China nos cálculos tanto de Washington, como de Moscovo, de Tóquio ou das capitais europeias.* Pollack considera que a importância da RPC reside na sua visão de como aplicar estes instrumentos, sempre de modo astuto, fazendo jus à sua matriz confuciana. Alternando entre a acomodação, cooperação e, por vezes, confronto armado digno de clivagem estratégica, Pequim tem sabido desenvolver as estruturas que a podem capacitar como actor de fundo no panorama internacional (Wilensky, et al., 2005: 150).

A RPC partiu de uma possível continuidade do anterior sistema político-económico totalmente centralizado no Estado, para uma evolução algo criteriosa, testada em regiões Zonas económicas especiais, deparando-se com duas possíveis vertentes a escolher: a existência de um sistema pluralista autoritário, com forte domínio exercido pela política central do Estado, mas em que a evolução económica e social em curso disseminará



diferentes oportunidades, motivando a diversidade social, não característica do sistema comunista, mas que não afecta o *status quo* da classe política; a segunda opção mantém a matriz autoritária do governo sob todos os aspectos da governação de um Estado comunista, com indiferença e, acima de tudo, incompreensão por parte do governo central relativamente à necessidade de mudanças económicas e sociais, que poderiam provocar uma visão ilusória de exercício do poder desatenta da evolução e da realidade económico-social do seu país. A escolha recaiu sobre a primeira opção (Zakaria, 2008: 92).

Como condicionante para a política da RPC, constatamos que numa região mais abrangente, Porter considera que se encontram os países com maior influência mundial (EUA, Rússia e Índia), bem como, os que possuem a maior população (Índia, EUA, Indonésia e Rússia); os que possuem a maior evolução tecnológica (EUA, Japão, Canadá e Austrália); e os de maior potencial estratégico (EUA, Rússia e Índia) (Porter, et al., 2007).

A RPC tem vindo a concretizar a sua política ancestral de fortalecimento do Estado, mantendo um forte pendor territorial, transmitindo a ideia de defesa contra a interferência externa. No entanto, as intervenções na cena internacional que vem mostrando revelam o afastamento forçado da política isolacionista que caracterizou a sua ideologia durante os últimos séculos, tendo, desde o último quartel do séc. XX, optado pela postura de *teste* da força da sua política externa, alicerçada numa construção económica, tecnológica, comercial, industrial e militar credível, sustentada e sem ambições (pelo menos a curto prazo) de potência mundial (Wilensky, et al., 2005: 154).

As pretensões estratégicas da RPC têm por base um misto filosófico de construção da política interna e externa, enformado por três vértices.

Primeiro, uma política de cariz não ideológico externo que prima pelo crescimento económico derivado da abertura de mercado e associa a política de cooperação com os principais actores mundiais, em especial as potências já referidas para a área asiática. É esta política, delineada em 1954 sob os cinco princípios da coexistência pacífica – que explicitam o respeito mútuo pela soberania e integridade nacional, não-agressão, não-intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro, igualdade e benefícios recíprocos e coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes para possibilitar a consolidação do desenvolvimento económico e a afirmação comercial além-mar (Soller, 2007).

Como elemento central da orientação política, a RPC entende que o uso da força militar, na região periférica continental e marítima, deve ser restrito ao essencial de forma a garantir a sua integridade territorial, mas reserva-se ao direito de manter o projecto de



modernização do Exército Popular de Libertação (EPL), embora que não seja a um ritmo apelidado de armamentista, pretendendo evitar o conflito (Zakaria, 2008: 124).

Por último, a RPC vem intervindo nas questões políticas regionais e mundiais fazendo notar a sua crescente relevância, participando em *fora* multilaterais nos quais parece querer fazer valer a sua postura não ofensiva para retirar ganhos internos, económicos e de coesão, e externos, reclamando e assumindo o seu lugar nas questões estratégicas de interesse mundial, embora que ainda de forma embrionária e não peremptória (Swaine, et al., 2000: 114).

Para além do desejo e concretização do desenvolvimento económico que vem demonstrando, as intenções estratégicas que determinou para a sua participação nas relações asiáticas não são claramente assumidas (Emmot, 2008: 223). No entanto, poderemos inferir das suas atitudes que, provavelmente, terá como objectivo aumentar a influência no Sul da Ásia e no seu mar, bem como, manter a integridade das suas periferias, este já um desígnio histórico chinês. Como catalisadores da pretensão de influência, designamos o normal comportamento duma potência em ascensão que associa o crescimento do seu poder à necessidade de o exercer e influenciar as relações onde se insere, (Friedberg, et al., 2007), e ainda a ideologia chinesa, assente em seis premissas: a concepção de ser um grande povo; a necessidade de alcançar melhor condição nacional e individual no mundo moderno; a necessidade de ser compensada pelas atitudes que não abonatórias das grandes potências; considerar-se uma grande potência e assim, com direitos e deveres semelhantes às demais; a soberania da sua política interna não está sujeita a julgamentos de *praça pública* internacional; a sua política baseia-se em princípios não ardilosos mas sim na justiça e igualdade (Carrigo, 2006: 32).

Tais princípios reflectem-se na sua estratégia de segurança pois as autoridades tendem a tomar como ingerência, a simples análise exterior das suas posições políticas que publicitam na opinião pública nacional como cerco ao seu direito natural de ascensão por mérito próprio (Carrigo, 2006: 33).

Em 1992, a RPC assumiu a necessidade de reformular a sua estratégia internacional, em virtude das alterações verificadas na região da Ásia-Pacífico. A nova concepção da RPC na região e no mundo transcreveu-se para o seu conceito político-estratégico de desenvolvimento económico e afirmação internacional. Ficou assim definido o seu Poder Nacional Abrangente (PNA)¹². Este desenvolvimento da sua

¹² Como refere Alexandre Carrigo, o PNA é entendido na linguagem política Ocidental como poder multidimensional.



estratégia é alicerçado no desenvolvimento tecnológico e da economia, associados ao melhoramento das capacidades militares, como vector da política e não um fim do desenvolvimento (Carricho, 2006: 457).

O PNA, adoptado em 1992, foi definido pelo Grupo de Trabalho sobre o PNA Chinês como *a totalidade do poder económico, militar e político de um país num determinado período. Ele sinaliza o seu nível de desenvolvimento e a sua posição relativa no seio do sistema internacional. Inserido no PNA, o poder económico, incluindo vectores como os recursos humanos, recursos materiais e poder financeiro, é o factor determinante e a base do poder político e militar de um país* (Carricho, 2006: 461). O PNA teve como propósito o desenvolvimento económico, o aumento da qualidade de vida das populações e a criação das bases industriais e tecnológicas para o fortalecimento do instrumento militar, com vista à afirmação nacional regional e global da RPC.

O desenvolvimento económico decorreu da abertura do mercado privado às trocas directas com o estrangeiro, tendo diminuído a influência do poder político sobre a economia e assim a sua pretensão de controlar todos os sectores da vida pública do País, o que também foi possibilitado pela crescente influência que o investimento estrangeiro provocou na abertura das mentalidades (Khalilzad, et al., 1999: 4).

As aberturas do mercado às influências económicas e sociais vindas do exterior colocaram à RPC a imposição de modificar a sua política externa, especialmente com os EUA, com os quais vem melhorando as suas relações, como espelha a interdependência económico-financeira, comprando títulos do Tesouro aos EUA, enquanto que estes consomem os bens duradouros produzidos pela mão-de-obra chinesa, em território chinês (DN, 2009).

A postura expectável da RPC é modificada pela sua concepção de soberania e necessidade de manutenção do regime para controlo das instabilidades internas, (Khalilzad, et al., 1999: 5), pois estas podem gerar ameaças externas (Carricho, 2006: 591).

Assim, estando garantida a base do PNA, Pequim preocupa-se com a gestão da sua política externa e a melhoria do seu potencial militar, adquirindo as capacidades que lhe permitam garantir a integridade nacional, neutralizar as ameaças fronteiriças e marítimas, projectar o poder militar como braço da política externa regional e global, e aumentar o poder militar para que seja adequado ao *status quo* de uma potência moderna (Carricho, 2006: 458).

O conceito de PNA é reforçado pela política denominada de Ascensão Pacífica e que contempla o aproveitamento da situação de paz mundial para promover o



desenvolvimento auto-suficiente, a contínua abertura ao exterior como catalisadora das trocas comerciais e económicas e a obtenção de desenvolvimento sem minorizar ou ameaçar os recursos de outro Estado. Como política, a caminhada pelo desenvolvimento era entendido como devendo ser efectuada pacientemente ao longo de várias gerações (Carriço, 2006: 592).

Fazendo jus às duas noções anteriores, o PNA e a Ascensão Pacífica, retrospectivamente a China tem pautado a sua política pela dualidade de critérios de abordagem aos desafios que se lhe vêm colocando, recorrendo à força como última possibilidade e aplicando preferencialmente a diplomacia não coerciva como primado. O fortalecimento da sua política externa dependeu da capacidade das suas lideranças e da pressão externa. No primeiro caso, do recurso à força, está em causa a manutenção da ordem interna, enquanto que no segundo materializam-se as consequências da ameaça externa, na razão de que o Estado, no seu ciclo de ascensão e fortalecimento, (Bednarz, et al., 2008), mas com dimensão política interna fragilizada – motivada por diferendos entre a classe política – associada a uma pressão externa forte, optou por posturas não coercivas sustentadas na sua superioridade civilizacional. Por outro lado, o Estado, em declínio, com o agravamento dos problemas económicos e sociais, tendeu a utilizar o instrumento militar, após falhada a política não coerciva, como garante da integridade territorial e afirmação das classes políticas com ânsia de domínio (Swaine, et al., 2000: 19).

Actualmente, a política da RPC evoluiu da condição dual de estratégia de segurança fraco-forte, em que combinava o Estado forte no controlo estratégico da periferia e um Estado fraco que mantinha a defesa estática da sua imensidão territorial, balanceada com a diplomacia e manobra política, substituindo-a pelo calculismo político, sabendo determinar fins a atingir, associando-lhe meios necessários, gerando-os internamente ou obtendo-os externamente (Swaine, et al., 2000: 75 e 97). Estrategicamente, a RPC possui um fio condutor estratégico para conseguir levar a cabo as suas pretensões protegendo os seus interesses.

No PNA chinês encontramos três argumentos fortes da sua concepção estratégica: os recursos naturais, a rápida taxa de crescimento económico e o poder militar. Este último, considera a Academia Chinesa de Ciências Sociais, necessita ainda de ser modernizado para que possa efectivamente ocupar uma posição de relevo na estratégia nacional. Em contra-peso às capacidades, a RPC apresenta duas fortes resistências: o baixo



nível de desenvolvimento científico-tecnológico¹³ e o fraco desenvolvimento social da maior parte da população, embora se tenham verificado melhorias significativas nos últimos anos (Carrigo, 2006: 464 e 465). (Apêndice 2).

A RPC tem garantido a disponibilidade de recursos naturais e tem verificado um elevado e rápido crescimento económico, restando-lhe desenvolver o poder militar, o que considera ser o novo *salto em frente* da sua afirmação, pois este instrumento da política é capaz de garantir a integridade territorial, proteger a sua soberania, projectando o país para a posição de grande potência, dado que considera ser o factor que a colocará a par das restantes potências, grupo onde já identifica a sua presença. Como afirma Alastair Iain Johnston citado por Carrigo (2006: 464), os estudos de vários organismos chineses apresentam a evolução do PNA chinês comparativamente com o dos EUA, podendo atingir, segundo os mais optimistas, o equivalente ao poder norte-americano em 2020¹⁴. Mas este entendimento não é consensual entre os académicos, considerando a maior parte que a paridade deverá ser atingida nunca antes de 2050.

Os conceitos de PNA e Ascensão Pacífica conjugam-se no que a RPC denomina de desenvolvimento pacífico, pretendendo evitar conflitos, dada a hegemonia norte-americana presente pós Guerra-Fria; manter o fortalecimento do PNA, garantindo-lhe o tempo de crescimento necessário ao desenvolvimento e maturação das capacidades económica, militar, tecnológica, diplomática e cultural, até atingir o estatuto de nação modernizada; e agir, num misto de passividade e iniciativa que lhe permita manter o desenvolvimento, não sendo estrangulada pelas potências que considerem a sua ressurgência como ameaça (Friedberg, 2007: 2).

Apresentado o conceito de desenvolvimento pacífico, a RPC acrescentou ainda o *novo conceito de segurança* descrito como a confiança e benefício mútuos, igualdade e cooperação, fechando o ciclo conceptual conciliador da RPC para com as restantes nações do mundo.

As necessidades de explicar *publicamente* as intenções de crescimento foram necessárias, pois o nível de crescimento obrigou a uma dependência irreversível dos recursos exteriores. Assim, para continuar a ser destinatária destes fluxos energéticos, a RPC precisou de contribuir para a paz e estabilidade internacionais, não se constituindo como potência militarmente ofensiva na região asiática, nem promovendo conflitos, mesmo noutras regiões, que pudessem ou ainda possam vir a afectar a alimentação

¹³ Como já referimos, o desenvolvimento científico-tecnológico não será alvo de caracterização.

¹⁴ A caracterização do poder militar encontra-se no Apêndice 2.



energética necessária ao desenvolvimento económico (Mori, 2007: 15). Por outro lado, o crescimento da riqueza e influência da RPC na Ásia-Pacífico é levado a cabo tendo por enquadramento o entendimento por parte das potências vizinhas, de que a sua ascensão é pacífica e replicará os benefícios nos vários actores da região, sendo cumulativamente um contra-peso à hegemonia dos EUA (Gill, 2007: 10).

b. A China epirocática

A afirmação da RPC como *Grande China* mostra um gigante asiático em vários domínios, já analisados na caracterização geoestratégica, condicionado por fraquezas endémicas e conjunturais, que caminha a passos firmes num crescente de influência e prestígio na balança estratégica sul-asiática, podendo redefinir os principais eixos de relações que ligam os EUA e a Europa aos centros tecnológicos e financeiros do Pacífico.

Com extensão territorial considerável e caracterizada por uma posição essencialmente continental, a RPC exerce uma política de fixação das suas fronteiras geográficas, expressa na manutenção dos territórios do Tibete e Xinjiang, assumindo aquele os créditos principais pois, como vimos, o planalto é uma importante fonte de água com destinos alimentares e de produção energética, e também se enquadra nos desígnios nacionalistas de Pequim quando eleva a manutenção da integridade territorial que considera ser a essência da coesão nacional (Wilensky, et al., 2005: 155).

Não sendo caracterizada na história como uma potência conquistadora, a RPC tem no entanto, mantido um esforço de consolidação territorial, pretendendo defender o seu território de ataques exteriores, recuperando os territórios cedidos¹⁵ e os que mantêm estatuto autónomo¹⁶, aumentando a sua influência regional através da emigração e afirmando-se no plano global. Estes objectivos políticos são auxiliados por uma tradição de impermeabilização à interferência dos países vizinhos nos seus assuntos internos e de impedir a gravitação desses mesmos actores em torno de potências como a Rússia ou o Japão, que possam hipoteticamente influenciar a política interna chinesa.

As opções continentais da RPC têm por base a visão histórica sobre o seu povo, como este entende o poder do Estado e da classe política, e também como a China *civilizacional* entende o seu isolacionismo. Como já observámos em relação aos antecedentes históricos, a China é constituída por um território que tem variado a configuração das fronteiras, ocupado por um povo submetido a privações e esforços

¹⁵ Hong Kong e Macau, o que se verificou em 1997 e 1999, respectivamente.

¹⁶ Taiwan e Ilhas do Mar do Sul da China, embora se ressaltem as questões abordadas sobre a conflitualidade e postura estratégica dos actores intervenientes, expressas no Capítulo 4.



defensivos e de consolidação da sua integridade territorial, tendo sempre em vista a sobrevivência, com tal ênfase que a sua tendência para se impor externamente tem sido esporádica e quase inexistente.

As questões de disputa territorial que mantém com o Vietname e a Índia são ainda marcantes na sua política de controlo periférico do território, mas sob a tónica de manutenção do diálogo com os Estados vizinhos, reformulando as relações no Nordeste e Sudeste asiático e explorando novas dimensões diplomáticas noutras áreas. Para tal, o seu conceito estratégico é importante, na medida em que o calculismo que imprime à política de relacionamento a impele a não ser demasiado assertiva, não provocando poderes externos que podem resultar em relações conflituais que inviabilizem a necessidade de um ambiente pacífico, essencial por enquanto à consolidação do seu desenvolvimento económico (Swaine, et al., 2000: 129).

A política calculista pacífica da RPC conduziu-a a duas ramificações da sua estratégia. A primeira reside na importância que Pequim atribui aos territórios que disputa ou pretende manter sob a sua soberania, quando comparada com a relevância das relações com os estados intervenientes, que poderão ser, em alguns casos, mais importantes para a sua afirmação regional do que a recuperação de simples *terreno*. A exemplo, as relações com a Rússia ou com os países da Ásia Central¹⁷, materializam o alcance da política chinesa, pois se no primeiro caso a RPC pretende suplantar os conflitos em busca de interesses mais remuneradores, como são o acesso a tecnologia militar – dirimindo-se, pelo menos por enquanto, as disputas já resumidamente referenciadas anteriormente – já no segundo tipo de relações, Pequim pretende relevar as matérias em disputa tendo em vista o acesso às reservas energéticas da região caucasiana. A segunda assumpção da estratégia chinesa na continuação da sua ascensão pacífica é traduzida pelo adiamento da resolução dos conflitos, quando Pequim se defronta com matérias que considera importantes, mas cuja resolução não pode ser atingida de forma diplomática e rápida. Deste tipo de relacionamento são exemplos as disputas face às pretensões marítimas, analisadas na secção seguinte.

c. A China talassocrática

Embora possua características de potência terrestre, a RPC tem evidenciado uma tendência talassocrática, estendendo a sua influência ao Mar da China Oriental e Meridional em busca de territórios no Pacífico Sul dado ter passado a incluir na sua

¹⁷ Cazaquistão e Quirguistão.



doutrina, a concepção de que o mar é território, pela importância que atribui aos recursos naturais ali existentes e também à capacidade de protecção dos territórios insulares que ambiciona, (Yuan, 2006: 7), como é o caso das ilhas Paracel, localizadas entre o Vietname e a província chinesa de Hainão, que são pretendidas por vietnamitas e taiwaneses, desde a sua ocupação pela RPC desde 1974, substituindo o domínio do Vietname.

Outra matéria que provoca a ambição de domínio marítimo da RPC prende-se com a reivindicação sobre as ilhas Spratly, que se encontram entre a ilha de Bornéu e o Vietname, e em relação às quais a RPC afirma a soberania desde a dinastia Ming (séc. XV). Neste diferendo, encontramos outros Estados que detêm administração sobre algumas das ilhas da região como o Vietname, as Filipinas e Malásia, e que pretendem que as ilhas sejam integradas, na totalidade, nos seus domínios territoriais (Wilensky, et al., 2005: 129). A disputa territorial viveu o seu auge nos anos de 1983 e 1988, quando a RPC e o Vietname se envolveram em confrontos armados, arrastando para a contenda a Malásia, as Filipinas e a Tailândia (Wilensky, et al., 2005: 130).

As Spratly são constituídas por cerca de 230 ilhas, das quais apenas sete têm mais que 0,1 km². A sua importância recai no volume de navegação comercial que as atravessa, sendo 25% do comércio marítimo mundial, no qual se inclui o petróleo que abastece a RPC, Japão, Coreia do Sul e Taiwan, sendo também de considerar a possibilidade de existirem grandes quantidades de reservas petrolíferas e de gás natural no território¹⁸.

Tais reservas são de extrema importância para todos os intervenientes na contenda territorial, mas de especial interesse para a RPC que desde 1993 deixou de ser um exportador de petróleo para passar a importá-lo, em virtude das necessidades impostas pela expansão da sua economia. Em 1996, a RPC importou cerca de 22 milhões de toneladas de crude, mesmo com uma produção nacional recorde de 156,45 milhões de toneladas (Wilensky, et al., 2005: 147).

A soberania das ilhas Spratly é reclamada por diversos países asiáticos, sendo para a RPC sua pertença territorial desde a dinastia Han (há 2100 anos) e sobre as quais exerce a autoridade do Estado de modo continuado desde o séc. XV; para o Vietname, as ilhas são sua pertença, pelo menos, desde o séc. XIX; para a Malásia, a sua determinação em possuir o extremo oriental do arquipélago, actualmente ocupado pelo Vietname, é justificada desde 1979 tendo por base um mapa que reflecte a sua plataforma continental; as Filipinas reclamam a sua posse à data de 1938, com pretensões assumidas desde 1950 (Wilensky, et

¹⁸ O governo chinês afirmou, em 1988, que as reservas poderiam ascender a 1 bilião de barris de crude.



al., 2005: 147).

As ilhas Pratas são outro foco de pretensão territorial da RPC e das Filipinas, sobre o banco Maclesfield. As motivações principais da disputa residem, essencialmente, nos recursos como petróleo e gás natural que apresentam volumes consideráveis e ainda a possibilidade de controlo das vias de comunicação marítimas que ligam o Japão à Ásia Meridional e aos países produtores de petróleo do Médio Oriente. Tal domínio, por possibilitar o controlo dos recursos que circulam nesta região, representa uma mais-valia geoestratégica regional, de influência mundial (Wilensky, et al., 2005: 130).

Os recursos piscícolas são igualmente importantes, representando cerca de 2500000 toneladas, se tivermos em consideração a população chinesa que consome 11500600 toneladas de peixe (FAO, 2003).

A RPC não assenta a posição política sobre o domínio do Mar da China Meridional num discurso *nacionalista agressivo*, variando a sua intensidade consoante o actor com que disputa as posses marítimas. No entanto, desde 1985, para fazer face às suas pretensões no Mar da China, quebrou a linha estratégica que tinha sido determinada no séc. XVI, aquando da supressão do poder naval, retomando o desenvolvimento da sua Marinha de Guerra e denominando-o de *estratégia de defesa marítima activa* que preconizava a sua evolução assente em três delimitações geográficas (Carriço, 2006: 478). Enquanto que as duas primeiras são coincidentes com a concepção de Brzezinski, afirmando a primeira o domínio regional e a segunda o global, (Ver Figura 2), a terceira pretendia o domínio dos mares até 2050.

A consecução do domínio da costa (primeira delimitação) deveria ser capaz de exercer o controlo sobre as linhas de comunicação, preservando os interesses comerciais e territoriais da RPC. A segunda delimitação deveria até 2020, no mínimo, negar o acesso à área, o que possibilita a utilização dos recursos nela existentes, sem interferência exterior.

Assim, para concretizar a sua estratégia marítima, a RPC tem vindo a materializar a estratégia concebida nos anos 80 do séc. XX, aumentando o seu poder naval defensivo, de forma a reduzir o impacte do contrabando e pirataria no fluxo comercial, na actividade piscatória e no transporte marítimo, para manter a influência sobre os territórios disputados e manter sob protecção os cerca de três milhões de km² nos quais considera estarem localizados os recursos essenciais ao desenvolvimento das futuras gerações (Xuetong, 1995).

d. Síntese conclusiva

A actuação da RPC e a sua capacidade de influenciar as relações internacionais



dependem da sua possibilidade de projecção de poder que inevitavelmente, está associada à manutenção da ordem interna, da estabilidade política e do desenvolvimento económico.

Considerando que a política de ascensão pacífica deve fortalecer o PNA, Pequim opta pela política que lhe confere ambiente mais favorável ao desenvolvimento económico, que entende ser a base de partida para levar a cabo o desenvolvimento nacional e que se traduzirá na posição que pretende assumir na região asiática. Deste modo, as pretensões epirocráticas parecem latentes mas não foram, contudo, relegadas para segundo plano, podendo ser moeda de troca diplomática para obtenção de benefícios mais profundos, como é exemplo o acesso a energia como analisámos nas questões hidrográficas que mantém com a Índia. No entanto, a dimensão de relacionamento da RPC deve ser também observada do ponto de vista interno, plano em que pretende manter o domínio sobre aqueles que considera serem territórios seus e que não estão em disputa com outros actores internacionais, considerando que nesta matéria a comunidade internacional não deverá exercer qualquer tipo de ingerência, nem considerar os assuntos na sua agenda política, pois essas são matérias não negociáveis por não pertencerem ao domínio público, mas ao interesse do *grande povo chinês*.

A sua actuação como entidade política epirocrática, que caracterizou a maior parte da sua história político-diplomática, tem sido associada às suas pretensões talassocráticas, com particular atenção para o Mar da China Meridional no referente às ilhas Spratly e Paracel. A actuação neste domínio geográfico terá como visão de fundo, o acesso aos recursos energéticos e alimentares da região, bem como, o controlo do seu fluxo comercial, para fazer face ao elevado desenvolvimento industrial e crescimento populacional, motivando preocupações dos países da ASEAN, Japão, Rússia e EUA, face à presença chinesa nos mares do Pacífico.



6. Conclusões

Herdeira de um vasto império territorial e histórico, a RPC viveu períodos variados na evolução como Estado. Com origem no segundo milénio antes de Cristo, as dinastias Xia, Shang, Zhou, Sui e Tang dotaram a China com as ferramentas que produziram a sociedade moderna chinesa. Transformaram a base de sustentação do povo introduzindo o comércio, incentivaram ao florescimento da filosofia confuciana que marcou o modo de vida privado e público do País, moldando o modo de pensar chinês.

Foi ainda durante a história dinástica que se iniciaram as relações diplomáticas exteriores e se viveram momentos de prosperidade económica, artística e cultural, colocando o País no centro do comércio mundial da época.

Fundada a República da China em 1911, as revoluções sociais e políticas culminaram nas acções de Mao Zedong contra a China de Chang Kai Chek, separando das *Chinas* e a convulsões internas que percorreram quase três décadas da segunda metade do séc. XX, até que as novas revoluções, agora económicas, trouxeram a China, com o formato de República Popular, de novo aos teatros das relações internacionais.

O valor geoestratégico da RPC é conferido pela sua posição geográfica, no arco que circunda o centro do poder mundial, potenciado pela acção de um povo grande em número e unido por uma filosofia historicamente transversal de impermeabilidade das fronteiras culturais e geográficas face às investidas do exterior e às *dissidências* em relação ao poder central. Correctamente conjugadas as teorias políticas e estratégicas com as capacidades existentes, dirimidas as vulnerabilidades, a RPC tem possibilidade de se afirmar nos planos regional e global. É neste último aspecto que a política governamental vem actuando, homogeneizando internamente o desenvolvimento económico e aproximando, como fonte de poder, do restante equilíbrio mundial.

Assim, consolidadas as potencialidades geoestratégicas como a extensão e localização geográficas, a enorme população e coesão nacional, bem como, a possibilidade de evolução das capacidades militares, associadas à determinação do poder político, a RPC encontrar-se-á numa posição capaz de aumentar a apreensão mundial por atingir condições que a podem induzir a contrariar o primado dos 5 princípios da coexistência pacífica (1954) e do conceito de desenvolvimento pacífico.

Estas relações são um misto de aquietação dos potenciais conflitos com os países limítrofes, tendo por base o multilateralismo, a consecução de políticas de ascensão pacífica e a afirmação do seu crescente valor geopolítico, mantendo a soberania da governação em prol do desenvolvimento pacífico, na busca do fortalecimento do Poder



Nacional Abrangente, que a RPC entende ser a chave do seu sucesso como Estado.

O poder potencial da RPC é concretizado em duas vertentes: terrestre e marítima. Na primeira, veremos a China manter a sua integridade territorial, mantendo o povo que considera ser chinês sob o governo de Pequim e garantindo a defesa do território contra eventuais agressões rivais. Quanto à pretensão sobre os territórios nos mares, pacientemente, Pequim não enfatiza de modo dramático a questão da soberania chinesa sobre Taiwan, podendo ser admitida uma eventual caminhada pacífica para a *concessão* de um estatuto administrativo especial à região. Eventualmente, este discurso poderá ser apenas retórico, mantendo-se a actualidade das relações que ambos os territórios mantêm com terceiros, mas com um ganho estratégico de ausência de conflito na região asiática.

A RPC poderá ainda envolver-se em conflitos de baixa intensidade na região, com ênfase nas actuais disputas territoriais, tentando recuperar pelo uso da força, as ilhas no Mar da China Meridional. A serem concretizados, tais propósitos poderão contribuir para um domínio territorial desequilibrando em grande medida a balança regional de poderes.

Estas acções não deverão ser levadas a efeito, pois a dependência da sua economia (pela necessidade de escoamento de produtos, o acesso a tecnologia e recursos naturais) poderá ser comprometida se *afrentar* a ordem regional onde se encontra, provocando uma eventual intervenção do actual poder hegemónico (EUA), contra o qual não se vislumbra qualquer capacidade de equiparação a médio prazo.

As características que a sua história imprimiu no povo vêm confirmando, à escala das condições de posição geográfica e acesso marítimo que o território lhe assegura, as possibilidades que as teorias geopolíticas preconizam para a sua afirmação como potência, com capacidade de modificar a balança regional de poderes, podendo ainda, se garantir a integridade territorial e expandir o poder naval, estender a sua influência a nível global, preconizado por Brzezinski, alargando o seu poder à região Ásia-Pacífico, pelo que consideramos validada a hipótese 1.

Deste modo, verificada que é a capacidade que vem garantindo, de utilizar as potencialidades geoestratégicas para manter o desenvolvimento económico e tomando como pressuposto que ultrapassará as suas fraquezas internas, consideram-se verificadas as condições que permitem à RPC firmar-se como potência regional, alterando a balança de poderes regional a seu favor, mas limitada à condição não-hegemónica, já que o seu crescimento não é inversamente proporcional ao das restantes potências, dependendo delas para alimentar as suas necessidades energéticas e manter a sua periferia impenetrável, obrigando a que as relações multilaterais não sejam conflituais, pelo que consideramos



validada a hipótese 2.

Ainda a respeito das relações com os actores regionais, verifica-se que a RPC se encontra politicamente inserida num quadro conflitual, que pode eventualmente ser agravado pela percepção individual que cada um conceber do desenvolvimento e intenções do governo chinês, sendo verificado que aqueles pretendem manter a capacidade de influência quando consideram que os seus interesses não são garantidos, verificando-se, a espaços, revelações de poder militar contra a RPC ou a exigência de contrapartidas económicas, tendo em vista permitir o acompanhamento e controlo indirecto da afirmação chinesa como potência regional. Consideramos assim validada a hipótese 3.

Em virtude das suas potencialidades geoestratégicas e da concepção política que conduziu ao seu crescimento económico, social e militar, consideramos que as pretensões chinesas se materializam num percurso de desenvolvimento pacífico, dirigido inicialmente em benefício das suas estruturas internas, procurando uma condição de fortalecimento da sua posição relativa nas relações geopolíticas, para que possa concretizar as pretensões epirocráticas e talassocráticas, o que lhe possibilitará o alargamento da sua influência à região Ásia-Pacífico.

Espelhada que está a análise, é-nos possível responder à questão de partida “em que medida o crescimento da RPC possibilitará a sua afirmação como potência regional dominante, na Ásia-Pacífico?”, afirmando que a RPC é um Estado cujo crescimento actual, conjugado com as capacidades geoestratégicas passíveis de agilizar as suas eventuais intenções de domínio regional – ainda que a política de desenvolvimento pacífico não afirme pretendê-lo –, sendo eliminadas ou mantida a redução até à insignificância das suas vulnerabilidades sociais e energéticas, lhe permitirá influenciar em seu benefício, as relações estratégicas a nível regional. Ainda, a alteração do actual equilíbrio regional poderá ter consequências *globais*, dada a relevância que a dimensão populacional, a necessidade energética e a produção comercial têm para a economia da região, sendo possível que, enquanto alguns Estados poderão entender a RPC como ameaça mantendo desconfiança face às suas reais intenções, conservando uma atitude vigilante relativamente ao seu desenvolvimento, e assim indirectamente tentem manter *em xeque* a eventual possibilidade de hegemonia regional, outros poderão entender que a filosofia chinesa manterá o rumo firme da concepção de desenvolvimento pacífico podendo, neste caso, conduzir a que, subtilmente, como é apanágio da sua actuação internacional, a RPC possa, através de acções sucessivas não ofensivas, ascender a uma posição de domínio incontornável e pró-hegemónico.



Bibliografia

Livros:

- ADB. (2007). *Asian Development Outlook 2007*. RPC: Asian Development Bank (ADB).
- BARREAU, Jean-Claude e BIGOT, Guillaume. (2008). *Toda a geografia do mundo*. [trad.] Manuel Ruas. Lisboa: Teorema.
- BECK, Roger B., et al. (2008). *World History - Patterns of interaction*. EUA: McDougall Littell.
- BEDNARZ, Sarah, et al. (2008). *World Cultures and Geography*. EUA: McDougall Littell.
- BONIFACE, Pascal. (2005). *Atlas das Relações Internacionais*. [trad.] Germano Rio TINTO. Lisboa: Plátano Editora.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. (1997). *The Grand Chessboard - American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*. Washington: Basic Books.
- CARRIÇO, Manuel Alexandre Garrinhas. (2006). *De Cima da Grande Muralha - Política e estratégia de defesa territorial da República Popular da China*. Lisboa: Prefácio.
- CASTELLS, Manuel. (2003). *O fim do milénio*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- EMMOT, Billy. (2008). *Rivals - How the power struggle between China, India and Japan will shape our next decade*. New York: Penguin Group.
- FOUCHER, Michel. (1988). *Fronts et Frontières: Un Tour du Monde Géopolitique*. Paris: Fayard.
- FRIEDBERG, Aaron e SUTTER, Robert. (2007). *China's strategic objectives in Asia*. Princeton, USA: Princeton University.
- FRIEDBERG, Aaron L. (2007). *China's Strategic Ambitions in Asia*. Princeton, USA: Princeton University.
- GELBER, Harry G. (2008). *O dragão e os diabos estrangeiros*. [trad.] Pedro Garcia Rosado. 1ª Edição. Lisboa: Guerra e Paz, Editores, S.A..
- GILL, Bates. (2007). *Rising Star: China's New Security Diplomacy*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press.
- IESM. 2007. *ME 71-00-08, Elementos de Análise geopolítica e geoestratégica*. Lisboa: IESM.
- KHALILZAD, Zalmay, et al. (1999). *The United States and The Rising of China: Strategic and Military Implications*. Santa Monica : RAND. ISBN/EAN: 0-8330-2751-4.
- KISSINGER, Henry A. (2007). *Diplomacia*. Lisboa: Gradiva.
- KISSINGER, Henry A.. (2002). *Does America Need a Foreign Policy? Toward a Diplomacy for the 21st Century*. London: Simon & Schuster UK Ltd.



- LIN, Justin Yufu. (2002). *ASIA 2015: Future Role of China in Asia*. Beijing: China Center for Economic Research.
- LIN, Justin Yufu. (2004). *Is China's Growth Real and Sustainable*. Beijing: China Center for Economic Research.
- MIRANDA, Jorge. (1990). *Manual de Direito Constitucional, Tomo I*. Coimbra: Coimbra Editora.
- MORI, Aki. (2007). *Rich Country, Strong Armed Forces? The Sources of China's Comprehensive National Power*. Japão: Doshisha University.
- PORTER, Alan L., et al. (2007). *High Tech Indicators-Technology-based Competitiveness of 33 Nations*. Atlanta GA, USA: Georgia Institute of Technology-Technology Policy and Assessment Center.
- SSB. (1999). *China Statistical Abstract*. Beijing: State Statistical Press.
- SWAINE, Michael D. e TELLIS, Ashley J. (2000). *Interpreting China's Grand Strategy: Past, Present and Future (Project Air Force): Past, Present and Future*. USA: RAND.
- TG, Thompson Gale. (2007). *Worldmark Encyclopedia of the Nations*. [ed.] Timothy L. Gall and Jeneen M. Hobby. 12. Farmington Hills, USA: s.n., Vol. 4.
- TOFFLER, Alvin. (1980). *A Terceira Vaga*. [trad.] Fernanda Pinto RODRIGUES. Lisboa: Livros do Brasil.
- VASCONCELOS, Tiago Maria Ramos Chaves de Almeida e. (2006). *A ascensão da China: Contributos para uma análise estratégica*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- WILENSKY, Alfredo Héctor, JANUÁRIO, Rui e DIOGO, Luís da Costa. (2005). *Geopolítica e Relações Internacionais*. Lisboa: Quid Juris.
- YAN, Chen. (2002). *O Despertar da China - as mudanças intelectuais do pós-Mao 1976/2002*. Lisboa: Insituto Piaget.
- YUAN, Jing-dong. (2006). *China-ASEAN relations: perspectives, prospects and implications for US interests*. USA: Strategic Studies Institute.
- ZAKARIA, Fareed. (2008). *O Mundo Pós-Americano*. [ed.] Guilherme Valente. [trad.] Edgar ROCHA. 1ª edição. Lisboa: Gradiva, Publicações, S.A..

Artigos:

- DN, Diário de Notícias. *China*. (2009). Secção Internacional, Lisboa: Global Notícias.
- LO, Bobo. (2004). The long sunset of strategic partnership: Russias's evolving China policy. *International Affairs*. Nº 80, Vol. 2, p. 295-309.



MU, Lin. (1994). The Aviation Dream of the Chinese People. *FBIS-CHI - Foreign Broadcast Information Service-China*. Nº 7, Agosto de 1994, p. 36-37.

SEMPA, Francis. (2000). Mackinder's World. *American Diplomacy*. Nº 1, 2000, Vol. V.

SOLLER, Diana. (2007). O Novo Negócio da China ou uma Nova Forma de Império? *Nação e Defesa - newsletter*. Nº 21, Setembro/Outubro de 2007, p. 3-5.

TAKAGI, Seiichiro. (1997). China and Multilateral International Cooperation in Asia-Pacific. *International Affairs*. Nº 442, p. 53-67.

XUETONG, Yan. (1995). Economic Security, Good-neighbor Policy Emphasized in Post-Cold War Security Strategy. *Contemporary International Relations*. Nº 8, Agosto, p. 23-28.

Relatórios:

DoD, Department of Defense. Annual Report to the Congress: Military Power of the People's Republic of China 2007. *Global Security*. [Em linha] 2007. [Referência de 14 de Março de 2009]. Disponível em:<<http://www.globalsecurity.org/>>.

VAUGHN, Bruce. (2005). *China-Southeast Asia Relations: Trends, Issues, and Implications for the United States*. Washington: CRS, p. 12-14.

Monografias electrónicas:

BAJPAEE, Chietigj. Asia's Coming Water Wars. *Japan Focus*. [Em linha] 29 de Agosto de 2006. [Referência de 23 de Dezembro de 2008]. Disponível em:<<http://japanfocus.org/products/details/2207>>.

Sítios na internet:

ASEA, *Association of Southeast Asian Nations*. [Em linha] ASEAN Secretariat, 2003. [Referência de 5 de Março de 2008]. Disponível em:<<http://www.aseansec.org/>>.

FAO. 2003. FAO's Information System on Water and Agriculture. *FAO*. [Em linha] 2003. [Referência de 28 de Dezembro de 2008]. Disponível em:<<ftp://ftp.fao.org/agl/aglw/docs/wr23e.pdf>>.

WRI, World Resources Institute. Environmental Information. *WORLD RESOURCES INSTITUTE*. [Em linha] 2003. [Referência de Dezembro de 2008]. Disponível em:<http://earthtrends.wri.org/pdf_library/country_profiles/pop_cou_356.pdf>.

NM, Nation Master. *Nation Master*. [Em linha] 2008. [Referência de Janeiro de 2008]. Disponível em:<<http://www.nationmaster.com/index.php>>.

WS, Worldstrategy. Armed forces of the world database. *Military news, Military History*. [Em linha] StrategyWorld.com, 2002-2008. [Referência de 9 de Janeiro de 2008]. Disponível em:<<http://www.strategypage.com/default.asp>>.



Apêndices



Apêndice 1 (Corpo de Conceitos)

Conflito:

Segundo a Universidade de Defesa Nacional de Pequim, é uma situação existente quando as diferenças entre os Estados e as respectivas disparidades de interesses são geridas diferencialmente.

Segundo Otomar Bartos e Paul Wehr, é uma situação em que os actores pretendem alcançar objectivos incompatíveis e/ou a expressar a sua hostilidade.

Fronteira:

Para Foucher, é o *invólucro de um todo espacial que é um Estado, que possui suficiente coesão política interna e homogeneidade económica de forma a evitar que as eventuais clivagens não passem para o interior do seu território e da colectividade humana que aí habita.*

Poder:

Segundo Pascal Boniface, *O poder de um Estado resulta da combinação e do domínio dos elementos de poder, e da vontade do Estado em os utilizar na cena internacional.*

Para o TGen Cabral Couto, Poder está associado à *capacidade de impor uma vontade.* No seu livro, *Elementos de Estratégia, Vol. I*, apresenta a definição de R. Aron, em que *o poder é a capacidade de um actor político impor a sua vontade a outro actor político, mediante a suposição de sanções eficazes nos casos de uma não aceitação dessa vontade.*

No nosso estudo adoptaremos a definição de Pascal Boniface em que, o Poder é *a capacidade de cada Estado de influenciar os outros Estados na sua política ou até mesmo de lhes impor a sua vontade.*

Potência:

Segundo Pascal Boniface, *São os Estados que exercem um papel preponderante na cena internacional ou regional.*



Apêndice 2 (Análise Geoestratégica)

a. Factor físico

A RPC situa-se na região da Ásia denominada de Ásia Oriental, enquadrada a Norte pela Mongólia e Rússia; a Sul pelo Vietname, Laos, Myanmar, Índia, Butão, Nepal e Mar da China Oriental; a Oeste pelo Paquistão, Afeganistão, Cazaquistão, Tajiquistão e Quirguistão; a Este pela Rússia, Coreia do Norte e pelos mares da China Oriental e Amarelo. (Ilustração 1).



Ilustração 1: A RPC na Ásia
Fonte: (TG. 2007: 131)

O território chinês percorre, de Norte para Sul, os paralelos 53° a 18° (Barreau, et al., 2008: 208).

A RPC ocupa uma área de nove milhões e meio de quilómetros quadrados. Neste vasto território incluem-se algumas regiões principais: o Tibete com um milhão e meio de quilómetros quadrados, o Sinkiang com igual área e caracterizado por ser uma extensa estepe fria (Barreau, et al., 2008: 204).

É o quarto país do mundo em extensão territorial, depois da Rússia, Canadá e EUA, (Wilensky, et al., 2005: 131), dividindo-se em China setentrional e meridional, (Barreau, et al., 2008: 205), donde se destaca ainda a divisão Este-Oeste, com distinções entre si



relativas à demografia, utilização da terra e os recursos de que dispõem.

A RPC pode ser descrita como um país de posição simultaneamente continental e marítima, assumindo uma posição mista. No entanto, a profundidade do seu território¹⁹ inserida entre duas grandes potências, a Rússia e a Índia, fazem com que a sua actuação seja essencialmente terrestre, espelhando as suas preocupações primárias, historicamente assumidas e já retratadas.

Na vertente marítima, a sua projecção para o Pacífico confronta-se com a posição insular do Japão e com o poder exercido pelos EUA nas bases militares que povoam as ilhas do Oceano.

A periferia RPC estende-se por cerca de 36000 km, sendo 22000 km de fronteiras terrestres e 16368 km de costa (NM, 2008) e (Carricho, 2006: 29). As fronteiras Sul, Este e Sudeste do *heartland* (Ilustração 2) chinês assentam numa definição geográfica do Mar Amarelo, o Mar da China Oriental, o Mar da China Meridional e as montanhas, florestas e os grandes planaltos do Sudoeste. A Norte, as fronteiras assentam numa combinação de geografia e intervenção humana que praticou uma agricultura exaustiva nas vastas estepes e desertos do Norte e Nordeste (Swaine, et al., 2000: 22). Por esta periferia marítima circulam 85% da sua produção comercial e 50% do petróleo importado (Vaughn, 2005).



Ilustração 2: *Heartland* Chinês
Fonte: (Swaine, et al., 2000: 23)

A Sudoeste, os Himalaias delimitam a fronteira natural, do mesmo modo que a Noroeste a fronteira é formada pelos montes Altai.

90% da população do *heartland* chinês é de etnia *Han* ou descendente do cruzamento entre *Han* e nómadas ou entre *Han* e Povos do sudoeste asiático, constituindo, com base na etnia *Han*, uma cultura homogénea, que se distingue por uma língua escrita única, com um padrão social baseado em linhagens e clãs, que revêem no confucionismo a sua tradição humanista e de doutrina étnica (Swaine, et al., 2000: 22).

A RPC não é um Estado baseado na religião, mas também não é um Estado permissivo para com a actividade religiosa, o que se vem verificando com algumas modificações de intensidade desde o início da revolução em 1949. Inicialmente, a expansão religiosa foi contrariada, tendo sido mais tolerada nos anos 70 do séc. XX, até ser permitida a partir de 1982, conforme está disposto na sua constituição. No entanto, a liberdade oficial não deve ser confundida com a prática, que confirma a existência da State Administration for Religious Activities e a United Front Work Department, dois organismos que lidam com a actividade religiosa, monitorizando a implementação dos

¹⁹ 5000 Km (NM, 2008).



regulamentos governamentais sobre a matéria. A diversidade religiosa é distribuída por Taoistas e Budistas na maioria, cristãos 3%-4%, islâmicos 1%-2% e igual quantidade de protestantes, sendo estas as religiões actualmente reconhecidas pelo Estado. Contudo, a maioria da população não se identifica com nenhuma religião (NM, 2008) e (TG, 2007: 134). Importante ao longo da história chinesa foi a filosofia confuciana que não é considerada uma religião, mas um modo de disciplinar a sociedade e as futuras gerações, tendo influenciado, como já observamos em análise anterior, várias épocas dinásticas.

A RPC partilha fronteiras com 14 Estados: Afeganistão, 76 km; Butão, 470 km; Burma, 2185 km; Índia, 3380 km; Cazaquistão, 1533 km; Coreia do Norte, 1416 km; Quirguistão, 858 km; Laos, 423 km; Mongólia, 4677 km; Nepal, 1236 km, Paquistão, 523 km; Rússia – nordeste, 3605 km; Rússia – noroeste, 40 km, Tajiquistão, 414 km; Vietname, 1281 km.

O *heartland* chinês, território psicologicamente central para a China, resultou de quatro desenvolvimentos históricos:

- A criação de um Estado unificado na dinastia Qing (221 a.C.), fruto da conjugação da acção diplomática e militar;
- Estruturação das instituições estatais na dinastia Han (206 a.C.), com o alargamento da administração e controlo militar à região.
- A ocupação da área por migrantes do Norte em direcção ao Sul e Sudeste.
- Inserção do confucionismo nas populações do *heartland*, como modo de organização da sociedade, tendo durado até à dinastia Tang.

A terra destinada à actividade agrícola representa cerca de 14,86% do território, da qual 10% são rentabilizados com colheitas permanentes, localizando-se essencialmente na região Sudeste da RPC. A pastorícia ocupa por cerca de 46% do território, podendo assim a utilização maioritária da terra ser atribuída ao sector primário (NM, 2008).

Da totalidade da terra, cerca de 550000 km² são irrigados artificialmente, sendo hoje mais 40000 km², do que em 1998 (NM, 2008).

Os fluxos migratórios da população chinesa são muito variados ao longo dos anos. A imigração no país é de 3852000 pessoas, situando-se actualmente num rácio negativo de -0,40 emigrantes/1000 habitantes, significando que a RPC encontra-se a perder cerca de 2000000 de pessoas para outros países, apresentando um historial sem padrão aparente (NM, 2008).

A região norte da RPC é na sua maioria plana, formada por uma grande planície, com um manto de aluviões que originam a “terra amarela”, apenas recortada por uma ilha montanhosa, o Chan-tung, que separa o Mar Amarelo do Golfo de Beijing (Barreau, et al., 2008: 205). (Ilustração 3).

A região sul apresenta um relevo mais acidentado, com costas acidentadas e muitas ilhas (Barreau, et al., 2008: 205-206).

Para além de incluir os Himalaias e as Montanhas Kunlun, a RPC conta na sua composição geográfica com as regiões acidentadas de Kailash e Tian Shan.

As montanhas Kunlun derivam noutras cadeias montanhosas na direcção Leste-Oeste. Para Norte, as Altyn-Tagh e as Qilian dão forma ao planalto do Tibete na região central Oeste da RPC, tendo por horizonte a Este, a Bacia Qaidam. Para Sul, outra derivação divide as águas dos rios Amarelo e Yangtze (NM, 2008).



Ilustração 3: Relevô da RPC

Fonte: (Bednarz, et al., 2008: 747)

A rede hidrográfica da RPC é vasta e reveste-se de bastante importância para a economia do País já que grande parte da sua população ainda é dependente da actividade agrícola que pratica. (Ilustração 4).

O Tibete é a principal bacia de água da Ásia, nascendo no seu planalto 10 dos maiores rios da região, incluindo o Brahmaputra, o Indo e Sutlej.

Os principais rios da RPC são o rio Amur, o oitavo rio do mundo e constitui uma parte da fronteira entre a Rússia e a China, desaguando em território russo. A sua bacia tem cerca de 1885000 km²; O rio Argun, com uma extensão de 724 km, que se junta ao Rio

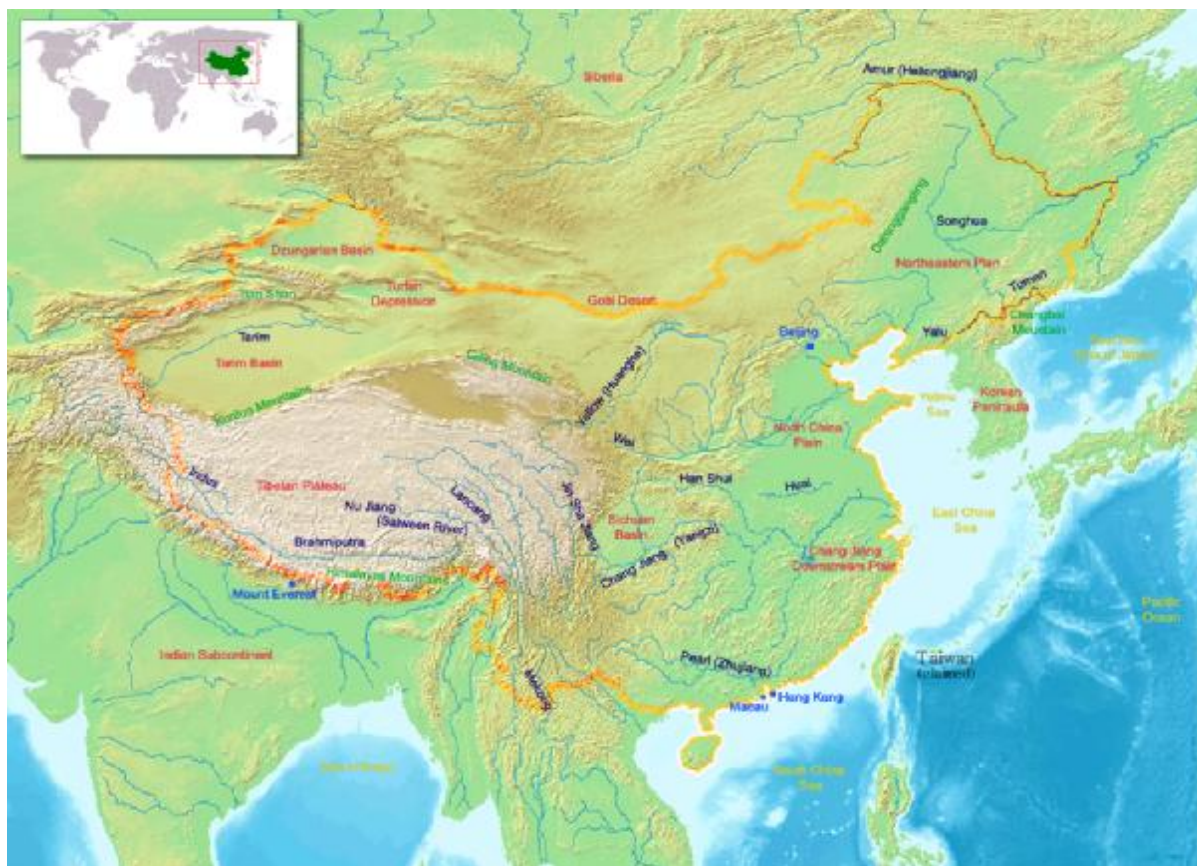


Ilustração 4: Geomorfologia da RPC

Fonte: (NM, 2008)



Shilka para formar o rio Amur; O rio Huai, localizado no interior da China, na província de Henan, correndo de Oeste para Este, entre os rios Yangtze e Amarelo; O rio Amarelo é o segundo rio mais longo da China, com uma extensão de 5464 km e uma bacia de 752000 km². É de grande importância para a economia nacional e regional já que o seu vale é constituído por terras férteis, com pastos abundantes e com jazidas minerais importantes, sendo considerado o berço da civilização chinesa; O rio Huangpu é o maior rio em Xangai, com cerca de 400 metros de largura e uma profundidade média de nove metros, sendo o grande abastecedor de água para consumo humano em Xangai; O rio Ili desagua no Lago Balkhash, no Cazaquistão, onde, após percorrer 1439 km, forma um delta com 1800 km²; O rio Irtych, o maior afluente do rio Ob, sendo mais longo que este desde a sua nascente até à confluência dos dois rios, forma uma das maiores bacias hidrográficas da Ásia, ao longo da qual a RPC possui importantes centrais hidroeléctricas, em Oskemen e Bakhtarminsk, junto ao Cazaquistão; O rio Liao, com cerca de 1345 km, nasce e percorre o território chinês, desaguando no Mar de Bohai; O rio Mekong é o décimo rio mais volumoso do mundo, abastecendo uma área de 795000 km², ao longo da RPC, Myanmar, Tailândia, Laos, Cambodja e Vietname; O rio das Pérolas situa-se no Sul da RPC e é o terceiro maior rio chinês em comprimento e o segundo em caudal, contando com uma bacia de 409500 km². Na sua foz estão localizadas as regiões autónomas de Macau e Hong Kong; O rio Salween nasce no Tibete, passando por Myanmar e Tailândia, sendo navegável em apenas cerca de 100 km, o seu percurso situa-se nas cadeias montanhosas de difícil acesso, pelo que a sua importância para os países é quase nula; O rio Songhua é um dos rios mais longos da RPC, com uma bacia de 550000 km², sendo navegável por embarcações de tamanho médio; O rio Tarim não é um rio navegável na totalidade da sua extensão de 2000 km que percorre apenas território chinês, mas forma a maior bacia interior, com 1500 km na sua latitude e 600 km na longitude; O rio Xi-Jiang corre apenas no interior da RPC, numa extensão de 1900 km; O rio Yalong, com um comprimento de 1300 km, nasce no Tibete e é uma fluente do rio Yantze; O rio Yalu forma parte da fronteira entre a RPC e a Coreia do Norte, desembocando no rio Amarelo; O rio Yangtze tem um comprimento de 6300 km e uma bacia de 1900000 km², sendo o maior rio da Ásia. Nasce no Tibete e ao longo do seu percurso, totalmente em território chinês, possui a barragem das três gargantas, uma das maiores do mundo, com a maior central hidroeléctrica e desagua no Mar da China Oriental; O rio Brahmaputra, o maior rio da Ásia, nasce nos Himalaias – Tibete Sul, com o nome de Yarlung Tsangpo e percorre cerca de 2900 km até desaguar no rio Ganges, formando o Delta do Ganges na Baía de Bengala, no Bangladesh. Desde que sai do Tibete, percorre 1600 km até ao seu ponto mais a Este – o *Great Bend* – inflectindo para Sudoeste, onde entra na República da Índia e se junta a outros dois grandes rios. É a partir deste ponto que passa a ser denominado de Brahmaputra; O rio Indo, com um percurso de 3200 km, forma uma bacia de 1165 km²; O rio Sutlej é um afluente do rio Indo e o mais longo dos cinco rios que fluem no Norte da Índia e do Paquistão, com uma extensão de cerca de 1400 km.

Na generalidade da região norte, as costas são baixas e com textura pantanosa. O solo é muito fértil, o que favorece a exploração agrícola (Barreau, et al., 2008: 205).

As florestas ocupam 17,5% da RPC (NM, 2008).

De cariz continental, a região norte é sujeita a invernos frios e períodos estivais



quentes, enquanto que a região sul é caracterizada por clima de monção (Barreau, et al., 2008: 205).

O rio Yangtze River é a via navegável mais importante, sendo possível fazê-lo na sua quase totalidade, e possui uma bacia de 18000 km². A sua importância ficou marcada desde o período imperial quando foi construído o grande canal que ainda hoje facilita a comunicação e transporte de mercadorias até Pequim.

b. Factor Humano

A RPC é o país mais povoado do mundo, com uma população estimada de 1330044000 de pessoas, representando 22% da população mundial, com um de crescimento anual de 0,64%, o que significa que, mantendo-se as actuais políticas de natalidade, a RPC terá, em 2015 uma população estimada de quase 1400000000 (NM, 2008) e (TG, 2007: 132).

No Sul, as cidades de Chang Hai com 17 milhões de habitantes, Hong Kong com 11 milhões, Chengdu com quatro milhões e Whuan com cinco milhões, são as mais povoadas, enquanto que a Norte, em Beijing vivem 14 milhões de pessoas e em Tianjin nove milhões (Barreau, et al., 2008: 205).

Actualmente, cerca de 40% da população vive em regiões urbanas, o que representa o quádruplo de 1950, com 34 cidades povoadas com mais de um milhão de habitantes, acolhendo na totalidade 230 milhões e vinte cidades com mais de cinco milhões de habitantes (Bednarz, et al., 2008: 779) e (NM, 2008).

A população a viver em centros urbanos é estimada em cerca de 527 milhões, sendo cerca de 40% da totalidade da RPC. Embora os valores aumentem em absoluto, relativamente à totalidade da população têm diminuído desde de 1975, em que esta era cerca de 49,55%; em 2015 espera-se que seja 19,5% da população total (NM, 2008).

De realçar a tendência de litoralização das populações, causada por factores como o clima agreste no Norte e Oeste e pela fraca chuva e disponibilidade de alimentos a Oeste. Na região Este, o clima é mais ameno, especialmente a Sudoeste, onde se encontra grande concentração de terra com características agrícolas (Ilustração 5 e Ilustração 12) (Bednarz, et al., 2008: 760).

A densidade demográfica da China é de 137 habitantes por km², verificando-se, desde 1961, um incremento anual, inferior ao verificado na maioria dos países, possuindo em 2001 a 50º maior densidade populacional e em 2007 é o 63º país com a maior densidade populacional (NM, 2008). A densidade populacional decresce de

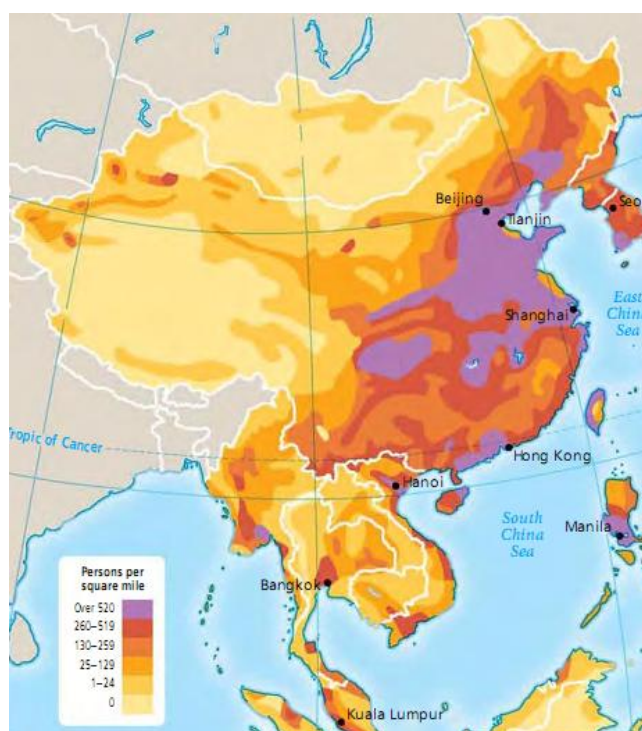


Ilustração 5: Densidade populacional
Fonte: (Bednarz, et al., 2008: 750)



Sudeste para Noroeste, desde um máximo de 154 habitantes por km² (TG, 2007: 132). (Ilustração 5).

Os chineses representam cerca de 94% da população da RPC, existindo 55 minorias oficialmente reconhecidas (Swaine, et al., 2000: 22).

O mosaico das minorias é tão variado como a história da RPC, verificando-se, a título de exemplo que a província de Qinghai possui 43 minorias nacionais e no Xinjiang existem sete minorias de muçulmanos e turcos (representando mais de metade da população) (Barreau, et al., 2008).

A etnia principal, Han, representa 93% do total da população, ocupando as restantes, zhuang, manchu, hui, miao, uyghur, tujia, yi, mongol, tibetana, buyi, dong, yao e coreana, cerca de 8,5% (NM, 2008), (Wilensky, et al., 2005: 117) e (TG, 2007: 133).

Culturalmente, a população tende a preferir o sexo masculino ao feminino, contrariando a sua composição actual que apresenta uma diferença entre homens e mulheres com saldo positivo de cerca de 100 milhões a favor destas, ou seja, para cada 100 homens existem 106 mulheres, o que em parte é fruto da política do filho único iniciada em 1979, visando desacelerar o crescimento populacional, para que fosse possível ao Estado poder implementar mediadas sustentáveis de gestão dos recursos disponíveis em prol da sua população, agora com crescimento controlado (TG, 2007: 132).

A estrutura etária está dividida entre 21,41% com idade até aos 14 anos, 70,99% dos 15 aos 64 anos e 7,6% com mais de 65 anos, verificando-se o aumento da idade média de 31 anos para 33 anos desde 2006. O envelhecimento da população é provocado pela política do filho único pois, desde a década de 70 do séc. XX, apenas a população até aos 14 anos diminuiu a sua representação no total nacional, sendo contrariada pelo crescimento percentual das idades superiores (NM, 2008).

Da população activa, cerca de 43% da população exerce como actividade principal a agricultura, sendo este valor inferior aos 68% verificados em 1980; 25% exerce funções na indústria, verificando-se um aumento significativo motivado pelas medidas intensivas de industrialização forçada da sua economia; 32% exerce a sua actividade no sector dos serviços, tendo este sofrido aumento significativo desde 1980 (NM, 2008). Vários milhões de camponeses sem terra atribuída para cultivar²⁰ são atraídos para o trabalho operário com baixa remuneração, transformando-se num grupo social sem orientação e futuro assegurados (Barreau, et al., 2008: 212).

A diáspora chinesa é bastante vincada, em especial nos países asiáticos, sendo no total cerca de 40000000 de emigrantes (NM, 2008).

Actualmente, a taxa de natalidade é de 23/mil habitantes tendo vindo, quase constantemente, a diminuir desde 1960, com excepções pontuais, confirmando a eficiência da medida do filho único de 1979 (NM, 2008).

A mortalidade infantil saldava-se em 1960 em 150/1000 habitantes, sendo actualmente de 23/1000 habitantes, passando da 38ª posição mundial para a 93ª, o que denota franca evolução de desenvolvimento e qualidade de vida sustentadas (NM, 2008).

Considerados a taxa de natalidade, de mortalidade infantil, de imigração e

²⁰ Fruto da política da Revolução Cultural Proletária de Mao Zedong, que destruiu milhares de comunidades de aldeias (Barreau, et al., 2008: 212).



emigração, a RPC apresenta um reduzido crescimento populacional.

c. Factor Recursos

Dos lençóis de água disponíveis e não contaminados na RPC, cerca de metade da área ocupada por um terço desses lençóis foi transformada em área de cultivo ou industrial, para fazer face às necessidades que o desenvolvimento impõe no crescimento populacional e no aumento de produto industrial, diminuindo as reservas disponíveis.

As reservas de água doce na RPC representam cerca de 8% da disponibilidade mundial, o que não é proporcional à sua população, acrescida do crescente desenvolvimento que tem sido verificado nos vários sectores de actividade económica e que tem reflexo no aumento de 382% do produto interno bruto de 1980 para 2000 (NM, 2008).

A RPC detém a quase totalidade das suas necessidades de água, dependendo do exterior para renovar os seus recursos de apenas 0,6%, tendo vindo a aumentar significativamente a área irrigada para possibilitar o desenvolvimento da sua agricultura (FAO, 2003). (Ilustração 6).

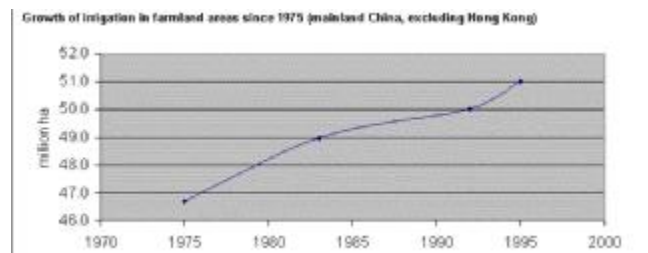


Ilustração 6: Evolução das áreas irrigadas para agricultura desde 1975
Fonte: (FAO, 2003)

Acrescendo às necessidades absolutas de água, a disparidade interna da RPC é grande, sendo que o Sul do País dispõe de cerca de quatro quintos das reservas de água, contando com 700,000,000 de pessoas, enquanto que o Norte possui apenas um quinto da água nacional para fazer face às necessidades de cerca de 550,000,000 de seres humanos.

As regiões de Kailash e Tian Shan possuem imensas reservas de carvão, petróleo e minério (NM, 2008).

A RPC passou da quase auto-suficiência em petróleo nos anos 90 do séc. XX, para segundo maior importador mundial no início do séc. XXI (WRI, 2003).

As reservas de petróleo localizam-se no interior do território, na sua região Oeste, que possui igualmente os maiores depósitos de gás natural e chumbo (Bednarz, et al., 2008: 760). (Ilustração 7).

As suas pretensões de petróleo estão também localizadas no Mar da China Meridional, em regiões sobre as quais reclama a soberania e que produzem cerca de 40 vezes a



Ilustração 7: Distribuição territorial dos recursos energéticos
Fonte: (Bednarz, et al., 2008: 793)



produção nacional (Mu, 1994).

A Bacia Qaidam é uma região deserta, rica em variados minérios, inúmeros lagos salgados com 60000000000 ton de sal, 22 campos de petróleo e seis de gás natural.

A região Este detém grandes quantidades de ferro e carvão.

O carvão chinês representou 35% do que foi consumido no mundo e o ferro abundou os mercados ocidentais, provocando a descida dos preços do ferro industrial (Bednarz, et al., 2008: 761).

Dada a necessidade imposta pelo desenvolvimento económico, a busca por energia tem sido acelerada, verificando-se que o consumo de energia hidroeléctrica nos anos em estudo apresenta um crescimento a par do consumo dos restantes tipos de energia, sendo que todos se encontram em fase de ascensão (Ilustração 8). A RPC o maior produtor mundial deste tipo de energia.

As necessidades de consumo energético apresentam valores díspares, nos quais a indústria absorve 43%, sendo 8% consumido pela indústria do aço, a agricultura 4% e o consumo residencial 34%, acrescido do consumo dos transportes com 8% (WRI, 2003: Tab3:1). (Ilustração 8).

No que diz respeito à produção²¹, a RPC tem desenvolvido esforços para depender o menos possível do exterior, conseguindo produzir 100000 unidades energéticas, o que representa um crescimento desde 1990, de cerca de 150%. No entanto, este valor produzido não é suficiente para as necessidades impostas pelo seu desenvolvimento, necessitando ainda de importar 66000 unidades energéticas (WRI, 2003: Tab 2:1).

d. Factor Estruturas

O sistema eleitoral do governo da RPC é definido e implementado pelo PCC e não é semelhante aos sistemas eleitorais conhecidos e praticados no Ocidente, é antes baseado num processo de nomeação iniciado oficial e formalmente pelo Parlamento, mas com objecto nas entidades indicadas pelo PCC, mantendo este órgão partidário a influência nas várias estruturas do poder nacional (Bednarz, et al., 2008: 786).

A organização política da RPC, do Governo Central e das Províncias, é baseada no seu órgão legislativo, o Parlamento Nacional do Povo, cujos membros são eleitos pelos Parlamentos locais e provinciais.

O parlamento nomeia também o Presidente da República, o Conselho de Estado, a

Energy Consumption by Source, China, 1971-1999

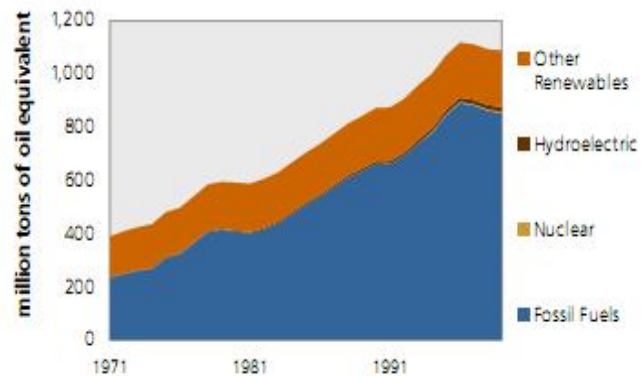


Ilustração 8: Consumo energético da RPC de 1971 a 1999, por fonte
Fonte: (WRI, 2003)

²¹ A unidade de medida energética utilizada é 1000 TOE – Tons of Oil Equivalent (TOE), o que equivale a 41868 gigajoules.



Comissão Militar e os membros dos tribunais.

A divisão administrativa da RPC permite a descentralização do governo ao nível provincial e local, numa busca da aproximação das políticas centrais às populações fisicamente distantes da capital e da busca de mudança que se opera nos centros de decisão política e financeira da capital e das regiões litorais. No entanto, a descentralização não deve ser, salvo as exceções seguidamente enumeradas, confundida com autonomia, porque a influência do PCC sente-se em todas as regiões, implementando as políticas centrais (TG, 2007: 139). (Ilustração 9).

Administrative Divisions of the People's Republic of China (PRC)



Ilustração 9: Divisão administrativa da RPC

Fonte: (NM, 2008)

O território está organizado em 22 províncias²², seis regiões autónomas²³, quatro entidades municipais²⁴ e duas regiões administrativas especiais²⁵.

A Administração Pública é composta por funcionários, dirigentes e quadros de topo, num total de 40 milhões de pessoas. Do primeiro grupo, cerca de 40% pertence ao PCC, enquanto que no grupo intermédio a percentagem atinge 95%. Já os quadros superiores, num total de 2500, são na íntegra membros do PCC, o que revela a presença

²² Anhui, Fujian, Gansu, Guangdong, Guizhou, Hainan, Hebei, Heilongjiang, Henan, Hubei, Hunan, Jiangsu, Jiangxi, Jilin, Liaoning, Qinghai, Shaanxi, Shandong, Shanxi, Sichuan, Yunnan, Zhejiang.

²³ Guangxi, Mongólia Interior, Ningxia, Xinjiang, Tibete.

²⁴ Pequim, Chongqing, Shanghai, Tianjin.

²⁵ Hong Kong e Macau.



ideológica do poder político na administração, embora não sejam um único corpo administrativo (Vasconcelos, 2006: 105).

Por seu lado, o PCC é formado por 67 milhões de membros que estendem a sua influência aos vários sectores de actividade do País, mas industriados na necessidade de manter a ordem interna, o pensamento de Mao Zedong e de Deng Xiaoping, a Teoria de Jiang Zemin e de Hu Jintao, possibilitando contudo, a abertura das classes burguesas e intelectuais responsáveis pela manutenção do desenvolvimento económico do país e da sua inclusão no mapa comercial do planeta.

A cultura militar chinesa evoluiu do desprezo pela condição militar que se verificou até aos anos 30 do séc. XX, tendo hoje novas parcerias bilaterais, com participação em exercícios militares, dignos das manobras praticadas no séc. XVIII, entendendo o poder militar como parte da solução dos problemas territoriais da RPC e também como instrumento de dissuasão contra hipotéticos ataques ao território, em especial ao seu *heartland* (Barreau, et al., 2008: 213) e (Swaine, et al., 2000: 78).

A RPC possui as maiores Forças Armadas da região Sudeste Asiático, em valores de combate referidos às componentes terrestre e aérea. No que respeita à componente naval, apenas o poder naval do Japão se sobrepõe ao da RPC.

Face às Forças Armadas do Mundo, a RPC representa o segundo maior poder terrestre e aéreo do mundo e quinto poder naval (WS, 2008)²⁶.

As operações do EPL podem resumir-se à Guerra da Coreia (1950-53), às crises no estreito de Taiwan em 1954-55 e em 1958, à guerra com a Índia em 1962, aos confrontos fronteiriços com a União Soviética em 1969 e à invasão do Vietname em 1979. Intervenções de menor escala foram executadas nas ilhas Paracel em 1988 e nas Spratly, seguindo-se-lhe as manobras de 1996 no Estreito de Taiwan.

Em quaisquer destes momentos, o EPL não se encontrava equipado e armado convenientemente, recorrendo aos enormes recursos humanos como arma principal, contando hoje nas suas fileiras com cerca de três milhões de efectivos e com um esforço notável no investimento financeiro na modernização e treino, transformando-o numa efectivo instrumento de política externa, o que vem sendo patente na evolução do tipo e amplitude de exercícios militares em que vem participando na região asiática.

As componentes terrestre e aérea encontram-se divididas por sete regiões militares, num total de 18 Grupos de Exército e sete comandos aéreos. As forças navais possuem as esquadras do Mar Amarelo, do Mar da China Oriental e do Mar da China Meridional. (DoD, 2007). (Ilustração 10).

²⁶ Os conceitos de medida espelhados são:

- Valor de combate naval: valor numérico de combate da frota da nação. Este valor reflecte a quantidade total e a qualidade dos navios e tripulação quando usado apenas para combate naval. Inclusive é a eficácia do apoio e da frota de base. São aferidas as quantidades conhecidas de navios, de recursos humanos. O factor qualidade foi obtido a partir de experiências históricas.
 - Valor de combate terrestre: é o total da capacidade de combate das forças armadas da nação, excepto para os meios navais. O valor aqui apresentado é uma combinação da quantidade e qualidade dos recursos humanos, equipamentos e armas. Este é um valor bruto.
 - Quantidade de aeronaves é o número de aviões de combate disponíveis, incluindo helicópteros.
-



Ilustração 10: Regiões militares
Fonte: (DoD. 2007)

A evolução económica da RPC tem sido notória, apresentando indicadores económico-financeiros tidos como referência, até ao início da crise económica mundial verificada no final de 2008 nos EUA e que se alastrou aos mercados financeiros do restante mundo, com implicações para as economias nacionais a que a RPC não foi capaz de se subtrair.

A população encontra-se dividida entre cerca de 300 milhões de classe média, (Barreau, et al., 2008: 211), e desde 1978, a que se situava abaixo do limiar da pobreza decresceu de 250 milhões para 30 milhões (Wilensky, et al., 2005: 158).

O crescimento anual médio da RPC desde o início das reformas em 1978 até 1997 foi de 9,4%, confirmando as melhores expectativas para o seu desenvolvimento. No entanto, a deflação²⁷ verificada em 1997 deixava adivinhar o abrandamento do crescimento mas, pelo contrário, o crescimento anual nos anos de 1998 a 2002 foi o mais rápido do mundo com valores médios de 7,8% (Lin, 2004: 3).

Estes valores, sendo anormais nas teorias económicas, são o espelho de ciclos de crescimento e inflação, que se deveram aos esforços de investimento e especulação de mercados financeiros e de propriedade horizontal em 1993 e 1994.

A deflação deveu-se ao crescimento anormalmente rápido da oferta, demonstrado pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) que era, em 1998, mais de seis vezes superior ao de 1978 e pelo valor da indústria na economia que, no mesmo ano, era superior em nove vezes ao de 1978, (SSB, 1999: 4), o que traduziu o fim do padrão de carência económica dos regimes socialistas, tendo-se-lhe seguido um período de euforia económica em que a procura obrigou à rápida resposta do tecido produtivo, inundando o mercado para satisfazer a procura. Esses valores de produção e consumo evoluíram com aceleração acentuada de 1990 a 1998, ano em que a produção excedia em 100% o consumo (Lin,

²⁷Fenómeno económico caracterizado pelo declínio generalizado dos preços. Em teoria, pode dever-se a dois factores: quebra acentuada da procura ou aumento rápido da oferta (Lin, 2004: 3).



2004: 11). A deflação na RPC contrariou as teorias económicas²⁸, confirmadas nos países em que o fenómeno se deveu à contracção do consumo, dado que na RPC a teoria foi confirmada pelo excedente produtivo, não tendo sido verificada quebra da riqueza.

O consumo de bens duradouros aumentou nas regiões urbanas e rurais, embora em proporções diferentes, mas por razões que não se deveram à diferença de disponibilidade financeira, e sim à

incapacidade estrutural das regiões rurais para espelhar as práticas urbanas. A redução das disparidades estruturais entre as regiões urbanas e rurais é um dos desígnios da política económica do Estado (Lin, 2004: 18). (Quadro 1).

O crescimento do rendimento *per capita* relativo às regiões urbanas e rurais, apresenta variações consideráveis, mas tende a ser aproximado, embora os seus valores absolutos sejam ainda bastante díspares (ADB, 2007: 94). (Quadro 1 e Ilustração 11).

Embora o crescimento económico da RPC verifique, desde há vários anos, valores bastante atractivos, eles dependem dos índices tecnológicos que o País imprime ao desenvolvimento do sector produtivo.

O desenvolvimento tecnológico é baseado em conhecimento vindo do exterior, onde o nível tecnológico alcançado é bastante superior, face ao que, eventuais desejos de desenvolvimento solitário, conduziria ao desastre das políticas governamentais dado o atraso que a RPC mantém face aos países tecnologicamente desenvolvidos, como é o caso do Japão, em relação ao qual a RPC apresenta valores que traduzem o seu desenvolvimento,

próximos dos que os nipónicos manifestavam na década de 60 do séc. XX (Lin, 2004: 21). (Quadro 2).

A economia chinesa depende cada vez mais do investimento estrangeiro que aumentou de 2 mil milhões de dólares, em 1980, para 45 mil milhões de dólares em 2002, repartido entre investimento público de organizações internacionais e investimento privado. O crescimento do investimento aumentou no sector privado e o investimento

Quadro 1: Consumo de bens duradouros por 100 habitações

	2002 urbano	2002 rural	1991 urbano
TV a cores	126	61	68
Frigorífico	87	15	48
Máquina Lavar Roupa	93	32	80
Rendimento Per Capita	7703	2476	2025

Fonte: adaptado de Lin (2004: 18)

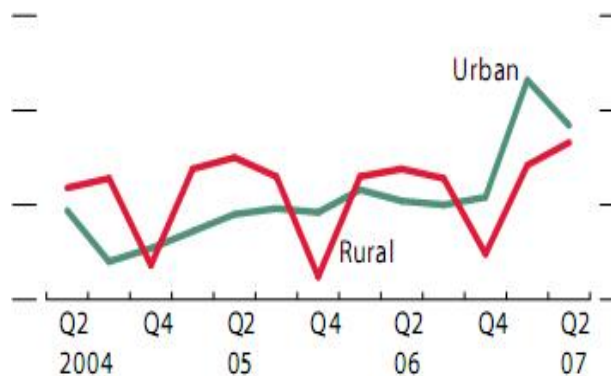


Ilustração 11: Crescimento do PIB

Fonte: (ADB, 2007: 92)

Quadro 2: Comparação de indicadores de desenvolvimento entre a RPC e o Japão

	RPC		Japão	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Esperança média de vida	72	68	72,9	67,7
Mortalidade Infantil	31		30,7	
Participação do Sector Primário no PIB (%)	15,9		16,7	
Coefficiente de Engle nas regiões urbanas (%)	39,2		38,8	
Consumo de electricidade per capita (kwh)	1071		1236	

Fonte: adaptado de Lin (2004: 21)

²⁸ A teoria económica afirma que quando se verifica a deflação, o crescimento do PIB estagna, conduzindo à redução da riqueza e da capacidade de consumo.



público manteve os seus níveis para a RPC e para os restantes países da Ásia (Lin, 2002: 30).

A produtividade do trabalho é um indicador ainda com valores baixos, pois a sua produção industrial é baseada em mão-de-obra não especializada nem tecnologicamente evoluída, o que obriga a RPC a despende mais recursos do que os países tecnologicamente desenvolvidos para produzir o que consome e exporta. Acresce que a distribuição territorial dos sectores económicos e da indústria não é uniforme, contrariando a homogeneização pretendida. (Ilustração 12) e (Ilustração 13).



Ilustração 12: Distribuição territorial dos sectores económicos principais
Fonte: (Bednarz, et al., 2008: 749)

O seu sector produtivo assenta essencialmente na indústria de processos²⁹, para a qual necessita de importar cerca de 50% do que produz, o que traduz uma balança comercial com os países asiáticos equilibrada, conseguindo exportar mais do que importa para os países ocidentais (Lin, 2002: 33).

A economia da RPC, embora com relações abertas ao exterior, é sujeita, em termos macroeconómicos, a regras estatais rígidas, que lhe imprimem um cariz de diferença de toda a região asiática. A conversibilidade da moeda é limitada, os fluxos financeiros são controlados pelo Estado, a banca é igualmente controlado pelo poder estatal, conseguindo-se assim impulsionar a dinâmica das empresas chinesas na exportação e atrair investimentos dada o interesse que a dimensão do mercado interno da RPC provoca nas empresas estrangeiras (Castells, 2003: 420).

²⁹ Nesta classificação englobam-se os produtos que uma vez produzidos, não podem ser separados nos seus componentes originais.



Ilustração 13: Distribuição territorial da indústria
Fonte: (Bednarz, et al., 2008: 787)